

A IMPORTÂNCIA DA «ECONOMIA DA LARANJA» NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES DURANTE O SÉCULO XIX *

por
FÁTIMA SEQUEIRA DIAS **

A cultura da laranjeira no arquipélago remonta ao século XVI, assinalando-se a existência de alguns pomares nas ilhas Terceira e S. Miguel desde então¹. No entanto, só a partir de meados do século XVIII, a produção de laranja, destinada à exportação, viria a enriquecer os proprietários micalenses, em particular, e a população açoriana, em geral, durante mais de cem anos².

Webster, radicado na ilha de S. Miguel entre os anos de 1817 e 1818, foi dos primeiros autores a se referirem à laranja micalense como fonte da prosperidade da ilha. Elogiou o «fino aroma e doce sumo» deste fruto e surpreendeu-se com a importância da sua produção face ao descuido dos proprietários dos pomares³.

* Para uma visão mais completa sobre a produção e comercialização de laranja micalense, consulte-se a dissertação de doutoramento da autora intitulada «Um percurso de sucesso numa economia periférica. A casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873», de onde se retirou material para a elaboração deste artigo.

** Departamento de História, F.C.S., Universidade dos Açores.

¹ Cf: «Nota histórica sobre a cultura da laranjeira doce em Portugal e nos Açores» in *Arquivo dos Açores.*, Ponta Delgada, 1981, vol. III, pp. 354-358.

² Walter Frederick Walker, *The Azores or Western Islands*, Londres, Trubner & C.º, Ludgate Hill, 1866, p. 81.

³ Webster, «A ilha de S. Miguel em 1821», *Arquivo dos Açores*, op. cit., vol. XIII, p. 151.

De passagem pela ilha de S. Miguel, Sá da Bandeira, em 1829, e o Capitão Boid, em 1832, acentuaram, por sua vez, a elevada produtividade das laranjeiras. O primeiro referia-se a uma informação dada pelo cônsul inglês, Guilherme Harding Read, acerca de uma laranjeira «que um vizinho tinha tido cuja idade era talvez de 150 anos, a qual lhe deu em alguns anos 23 000 laranjas»⁴ e o segundo escrevia que um pomar de apenas sete anos já produzia uma boa colheita⁵.

No mesmo sentido, Fouqué, em 1873, escrevia que «dés la première année, le sujet donne quelquefois du fruit, cependant il n'entre pleinement en rapport qu'au bout de dix ans; alors s'il est en bon état et planté dans un bon terrain, il produit de 1,000 à 1,500 oranges...»⁶.

Finalmente, os irmãos Bullar, em visita de repouso entre 1838-39 na ilha de S. Miguel, acreditavam que a ideia desta ilha se associava ao paladar das sumarentas laranjas⁷, enquanto a americana Alice Baker, em 1883, afirmava que as laranjas micaelenses eram as melhores do mundo⁸.

A integração do arquipélago na economia do Atlântico por via da exportação da laranja e as consequências a montante e a jusante dessa integração merecem e fundamentam, quanto a nós, uma análise exaustiva sobre os passos da organização da produção e da comercialização deste fruto, no sentido de compreender as razões da ascensão e queda do chamado «ciclo» da laranja.

⁴ Sá da Bandeira, *Diário da Guerra Civil (1826-1832)*, recolha, notas e posfácio de José Tengarrinha, Coleção Seara Nova, 1976, 2.º vol, p. 60.

⁵ Capitão Boid, *A description of the Azores or Western Islands*, Londres, Edward Churton, 1835, p. 156.

⁶ Fouqué, «Voyages géologiques aux Açores» in *Revue des Deux mondes*, vol. III, 15 de Abril de 1875, p. 2.

⁷ Joseph e Henry Bullar, *Um inverno nos Açores e um Verão no vale das Furnas*, trad. João Hickling Anglin, Ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1986, 2.ª ed, p. 10.

⁸ Alice Baker, *A Summer in Azores with a Glimpse of Madeira*, Boston, 1882, trad. João Hickling Anglin, «Um Verão nos Açores e a Madeira de relance» in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º 17, 1956, p. 108.

I. A organização da produção de laranja.

a) As «exigências» de uma quinta

«A laranjeira, afirmam os entendidos, requer terrenos baixos e de encosta e não locais expostos ao vento e ao nevoeiro, de altitude demasiada»⁹. As intempéries a que a ilha está sujeita, bem como os fortes ventos que a fustigam de N. e S. O., aliados à ausência de caminhos percorrendo o interior da ilha, contribuíram de forma decisiva para a localização das quintas (designação insular para pomar) nas terras baixas do litoral¹⁰.

Impossibilitados os proprietários micaelenses de alastrarem as suas quintas pela superfície agrícola disponível, cedo, passaram a adoptar uma série de práticas susceptíveis de aumentar a produção de citrinos na área restrita onde os laranjais conseguiam sobreviver.

A documentação do tempo elucida-nos acerca das diversas modalidades de quinta que existiram na ilha: quinta plantada em biscoito, quinta plantada em terreno votado anteriormente à vinha, quinta e vinha; quinta e terra de pão... Além disso, parece ter sido prática frequente plantar entre os pés das árvores uma série de novidades agrícolas ao longo do ano.

A beneficiação das terras, a plantação de arbustos para tapume, o levantamento de muros e a plantação das árvores de fruto exigiam capitais importantes da parte dos proprietários. Muitos deles viam-se obrigados, por isso, a hipotecar e/ou arrendar parte das suas terras, bem como a tomar de empréstimo algumas quantias para iniciar a exploração de uma quinta. Terra, capacidade de iniciativa e capitais disponíveis tornavam-se indispensáveis à decisão de plantar uma quinta.

⁹ Carreiro da Costa, «Etnografia agrícola — Dois citrinos na poesia popular açoriana», in *Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, Ponta Delgada, vol. 17, p. 150.

¹⁰ Cit. por Gabriel d'Almeida, *Diccionario Histórico-geographico dos Açores*, Ponta Delgada, Typographia do Diário dos Açores, 1893, p. 25 (referindo-se a Fouqué).

Através dos anúncios da imprensa micaelense e dos registos notariais, constatámos que, entre os anos trinta e setenta, se verificou um intenso movimento de transacção de pequenas propriedades de «terra de vinha, plantadas de laranjeiras» ou «quinta de árvores novas»- indicador privilegiado de que os pequenos proprietários, com dificuldade, conseguiam sobreviver às flutuações da conjuntura. As chuvas fora de época e os vendavais, bem como uma avaliação excessivamente baixa da próxima colheita, deixavam os pequenos proprietários em grandes apuros, forçando-os à venda das suas propriedades.

De notar que as adversidades da conjuntura penalizavam em primeiro lugar, e quase exclusivamente, os pequenos proprietários, porquanto a grande avalanche de escrituras notariais de transacções de quintas dizem respeito a propriedades minúsculas, por vezes apenas algumas varas de alqueire.

Embora Gabriel de Almeida tivesse considerado que a prática do aforamento dos bens vinculados, generalizada após a Revolução Liberal ¹¹, tivesse contribuído para o aumento do número de quintas no arquipélago, verificamos que a quase totalidade das escrituras notariais celebradas no concelho de Ponta Delgada, nos anos posteriores àquele acontecimento, dizem respeito a escrituras de compra de propriedades agrícolas.

É provável que algumas dessas propriedades agrícolas, aforadas e tomadas de renda, fossem beneficiadas com plantações de árvores de fruto, embora as referidas escrituras não o mencionassem. Como não suspeitar, por exemplo, do aumento do número de quintas face à subida da renda dos terrenos agrícolas? Da generalização de contratos de arrendamento por períodos pouco dilatados? Da multiplicação do número de pequenos fornecedores de laranja às companhias exportadoras de citrinos? Do aumento da produção de citrinos?

Acreditamos que apenas os grandes lucros alcançados com a exportação deste fruto permitiam o elevado investimento inicial na preparação dos terrenos para plantação de uma quinta. Recorde-se, por exemplo, os comentários de Sá da Bandeira a propósito da quinta

¹¹ *Ibidem*, pp. 25-26.

de Harding Read: «O jardim e propriedade de Mr. Read são uma prova do que pode a indústria apoiada por capitais; originariamente, o terreno era apenas uma massa de rochas vulcânicas, foi preciso remover todo este terreno, colocar toda a lava que se chama aqui biscoito em alguns lugares, deixando no meio buracos circulares mais ou menos grandes, mais ou menos altos, onde se cultivam as laranjeiras, etc, Mr. Read disse-me que deu o exemplo a estes insulares, trabalha há 17 anos»¹².

Impressionado com o trabalho exigido na manutenção destas propriedades, Sá da Bandeira, dois dias mais tarde, voltava a registar no seu diário o seguinte comentário: «as laranjeiras são cultivadas nestes buracos, no verão ficam completamente abrigadas dos ventos (...). Estas laranjeiras devem ficar muito caras»¹³.

O elevado montante de capital inicial, a exigência de uma forte capacidade de iniciativa e de um inabalável sentido de perseverança parecem ter sido responsáveis pelo primitivo alheamento dos autóctones pela comercialização da produção de suas quintas. Daí, a importância decisiva dos estrangeiros na optimização da cultura da laranjeira na ilha de S. Miguel.

Sá da Bandeira, observador atento da realidade micalense, não duvidou que Guilherme Harding Read, como este lhe havia confidenciado, fora quem ensinara os micalenses a cultivar a laranjeira¹⁴, enquanto Webster, por seu turno, escreveu que «o produto dos pomares, em geral, é comprado aos morgados, ou seus agentes, pelos commerciantes ingleses e americanos, residentes na ilha, para exportação, sendo pequeno o numero dos naturaes que queiram metter-se nestas especulações»¹⁵.

No mesmo sentido, anos mais tarde, d' Azevac, citando o Capitão Boid, deixava registada a ideia de que os locais eram incapazes de beneficiar as suas propriedades à semelhança dos estrangeiros. «Ces quintas sont frequemment louées à des Anglais ou des Américains,

¹² Sá da Bandeira, *Diário da Guerra Civil...*, op. cit., vol. II, p. 56.

¹³ *Ibidem*, vol. II, p. 59.

¹⁴ *Ibidem*, vol. II, p. 56.

¹⁵ Webster, «A ilha de S. Miguel em 1821» in *Arquivo dos Açores*, op. cit., vol. XIII, p. 151.

fort nombreux à Saint-Michel, (...) [porque] les Portugais sont trop paresseux; ils ne savent que dormir, fumer, et jouer aux cartes»¹⁶.

Esquecendo os preconceitos etnocêntricos, tão caros a quantos escreveram sobre as terras «exóticas» que visitavam, é-nos permitido supor que nem todos os proprietários agrícolas micalenses podiam disfrutar de capacidade material para explorar uma quinta. Alguns não possuíam crédito, outros não detinham terras no litoral, enquanto outros ainda não estavam interessados em substituir a tradicional produção de milho (pouco exigente em trabalho e em investimento produtivo e com a garantia de colocação nos mercados nacionais) lançando-se em investimentos de elevado risco.

As quintas, na ilha de S. Miguel, «eram divididas em quarteis aproximadamente de 14 ares, [e] reputava-se a produção média de laranja em dez caixas por alqueire (13 ares e 93 centares) de terra»¹⁷, ou seja, uma produção média anual, por laranjeira, rondando entre os 6 000 e os 8 000 frutos, segundo Webster¹⁸.

Fouqué escreveu, por sua vez, sobre a relação entre a idade da laranjeira e a produção da mesma — a produção aumentava com o envelhecimento da árvore —, bem como sobre a relação entre a superfície da quinta e a produtividade das suas árvores — quanto menor era a quinta, mais produtivas eram as suas laranjeiras¹⁹. Desde inícios da década de cinquenta, segundo havia observado Fouqué, «les quintas sont maintenant des carrés de 40 à 50 mètres de côté; des murs en pierres sèches, de 3 à 6 mètres de haut, les entourent de toutes parts (...). Le rempart de pierres ainsi édifié est doublé intérieurement d'une haie de fayas serrés les uns contre les autres. Ces arbres au port élancé dépassent bientôt la crête du mur auquel ils sont adossés, et forment au-dessus un rideau verdoyant de plusieurs mètres d'élévation (...). Les orangers se plantent en quinconces: autrefois on laissait entre eux des intervalles de 15 mètres, mais depuis quelques années

¹⁶ M. d'Azevac, *Iles de l'Afrique*, Paris, Firmin Didot frères Editeurs, 1848, p. 78.

¹⁷ Gabriel d'Almeida, *Diccionario histórico-geográfico dos Açores*, op. cit, p. 25.

¹⁸ Webster, «A ilha de S. Miguel em 1821» in *Arquivo dos Açores*, op. cit, vol. XIII, p. 151.

¹⁹ Fouqué, «Voyages géologiques aux Açores», op. cit, p. 4.

on a diminué les distances; on les plante généralement à 10 mètres les uns des autres»²⁰.

Novas disposições aconselhadas, certamente, pela procura de maiores lucros, porque quanto mais nova era a laranjeira menor era a sua produção. Daí, o aumento da área de plantação e diminuição do espaço disponível entre os pés plantados. Recorde-se, a propósito, que nos inícios da segunda metade do século, a laranja ocupava apenas uma área de 3 500 acres, num total de 46 900 acres cultivados²¹.

Quadro I
Produção de laranja na ilha de S. Miguel

Unidade: mil frutos

Concelhos	1855-56	1859-60	1861-62	1862-63	1863-64
P. Delgada	54 500	90 612	110 025	90 234	104 743
Lagoa	31 450	40 000	30 000	27 000	36 000
V. F. do Campo	4 020	9 942	8 460	7 917	11 165
Povoação	30	180	8 000	67	145
Nordeste	13	13	17 000	14	6
Ribeira Grande	30 000	60 000	50 000	35 000	41 500
Total	120 013	200 747	223 485	160 232	193 559

Fontes: *Relatórios sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes, annos de 1856, 1859, 1861, 1862, 1863*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, 1861, 1863, 1864, 1865; «districto de Ponta Delgada».

Como se verifica pelo quadro supra, os concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa asseguravam a quase totalidade da produção de citrinos. Desde a década de sessenta, contudo, a produção

²⁰ *Ibidem*, p. 3-4.

²¹ *Ibidem*, pp. 2; Artur Teodoro de Matos, «Achegas para a história económica e social da ilha de São Miguel, no ano de 1813», in *Arquipélago*, Revista do Instituto Universitário dos Açores, Série de Ciências Humanas, n.º 1, Janeiro de 1979, p. 170 e *O Correio Micaelense*, n.º 462, 4 de Agosto de 1855, pp. 1801-1802: artigo de Parkin Scholtz.

do concelho de Ponta Delgada tornou-se superior à soma da produção dos restantes concelhos da ilha.

Revelador do peso da produção micaelense é a sua importância em relação ao conjunto insular. A ilha de S. Miguel participava com mais de 2/3 das exportações de laranja do arquipélago.

Quadro II
Exportação de laranja pelo arquipélago dos Açores, por distritos, 1833-1870

Unidade: Caixa Grande *

Anos	A.H.	Horta	PDL	Total	% PDL
1833-40	136 263	70 764	425 908	632 935	67.2
1841-50	212 474	42 113	1 100 217	1 354 804	81.2
1851-60	264 499	50 744	1 625 008	1 940 251	83.7
1861-70	298 793	85 041	2 098 540	2 482 374	84.5

Fonte: A. Gil e Augusto Ribeiro, *Almanach Insulano para os Açores e Madeira (...) para 1875*, 2.º ano, Angra do Heroísmo, 1874, pp. 16, 51 e 103.

* Convertemos 3 caixas pequenas em 2 caixas grandes: Cf: Henry e Joseph BULLAR, *Um inverno nos Açores e um verão no vale das Furnas*, (1849), Ed. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1986, 2.ª ed., pag. 60.

Embora se desconheça o tipo de laranja dominante e preferida dos consumidores ingleses, temos conhecimento de que existiam seis variedades, no arquipélago: a *laranja comum*, a *laranja comprida*, a *laranja prata*, a *laranja selecta*, a *laranja de umbigo* e a *tangerina*. Estas variedades individualizavam-se pela espessura e cor da sua casca, pelo tamanho e sabor dos seus frutos e pela existência ou ausência de pevides no seu interior²². Uma elevada longevidade caracterizava essas diversas variedades de laranjeira. « (...) Existiam numerosas árvores com cem anos, ainda produzindo abundantemente uma qualidade de laranjas muito apreciadas, de casca fina, sumarentas e sem pevides. A finura da pele da laranja de S. Miguel e a sua falta de sementes, dependem da idade da árvore. As árvores novas, quando em pleno vigor, produzem frutos de casca polposa e espessa e de sementes abundantes. À medida que declina a robustez da planta, mais

²² Fouqué, «Voyages géologiques aux Açores», op. cit, pp. 4-5.

fina se torna a casca, diminuindo pouco a pouco o número das sementes até estas desaparecerem por completo. Assim as laranjas que mais apreciamos são o produto de árvores cansadas e as que consideramos menos saborosas proveem de árvores novas e robustas»²³.

Pela mesma época, André do Canto escrevia que «antigamente poucas quintas havia, e essas contavão muitos annos; algumas de certo mais d'um seculo : estas arvores pela grande altura, a que se havião elevado, não tinhão nem muro, nem arvore, que as livrasse do vento, ou privasse do sol, e assim davão menos laranja — ninguem o duvida, mas d'uma qualidade muito superior: [a] fruta (...) / era mais meuda, dura, e pezada, a casca mui encorreada e «mascarrada», a polpa mui succosa, e d'um doce-acido aromatico mui agradável (...) foi fructa d'esta que deu, e ainda hoje sustenta o credito da laranja de S. Miguel»²⁴.

A partir dos anos cinquenta, as laranjeiras da ilha de S. Miguel passaram a definhar. As moléstias e as novas práticas introduzidas na organização da produção foram, quanto a nós, as prováveis responsáveis pela rápida depreciação do fruto e, conseqüentemente, pela quebra da qualidade da laranja insular.

Guilherme Read Cabral, consciente de que a «época da laranja» chegara ao fim, escreveu, em 1874, «ainda nos recordamos de ver, na nossa mocidade, laranjeiras d'alto porte, como já se não vêem, erguerem-se acima dos abrigos, sadias e robustas não obstante a sua idade, e cujo fructo era bello à vista e ao sabor, fino de casca, e que supportava longas viagens sem se corromper como hoje acontece»²⁵.

A laranjeira propagava-se através de *enxerto ou mergulhia*. Os Bullar escrevem que o amigo «B» de quem visitam algumas quintas «aumenta o número das suas árvores pelo sistema de mergulhia (...), plantas que em geral enraízam ao fim de dois annos, sendo então cortadas do tronco mãe e constituindo árvores novas, de quatro pés de altura. Raramente, ou nunca, se emprega nos Açores o *processo*

²³ Joseph e Henry Bullar, *Um verão nos Açores...*, op. cit, p. 146.

²⁴ *O Agricultor Michaelense*, 1943, pp. 31-32.

²⁵ *O Cultivador*, 2.º ano, n.º 16, 1874, p. 442.

de semente, dado o crescimento excessivamente lento das árvores que nascem com tal sistema»²⁶.

Para Read Cabral não restavam dúvidas de que a ausência de reprodução das árvores pelo processo de semente ou de enxertia tinha sido, afinal, o principal motivo da degenerescência do fruto²⁷. O ciclo vegetativo da laranjeira desenvolvia-se entre Outubro — Novembro, quando os frutos atingiam a maturação, e Março — Abril, quando terminava a colheita. Realizava-se a sua exportação entre finais de Outubro e inícios de Maio²⁸. A partir de finais da década de quarenta, começam a publicar-se os primeiros alertas contra a ausência de qualidade de alguns carregamentos de laranja exportados. Condena-se, desde então, a cobiça dos exportadores que, na procura de lucros rápidos, descuram a qualidade dos frutos enviados. «Boa ou má que fosse a fructa, era igual o rateio, de modo que a qualidade deixou de ser condição essencial. A quantidade era tudo, e cada um estudou o meio de produzir o maximo, visto que o resultado estava no rateio»²⁹.

Os proprietários de quintas, pela constante necessidade de importantes investimentos nas mesmas, passaram a ter por principal objectivo o aumento da produção, introduzindo para o efeito, uma

²⁶ Joseph e Henry Bullar, *Um verão nos Açores...*, op. cit., p. 146.

²⁷ *O Cultivador*, n.º 16, 15 de abril de 1874, p. 442: «seja molestia herdada, transmittida da planta mãe ao mergulhão, seja outra a causa, o que parecia conveniente era ir preparando d'antemão nova planta por meio de semente, e confiar o futuro à laranjeira regenerada, ou então à enxertia, indo buscar o garfo ou a borbulha às arvores de semente, ou então às mais sadias e productivas, colhendo-os dos ramos lateraes / que são os mais fructiferos, sendo talvez preferivel n'este caso, a semente da laranja azeda por ser esta planta de habityos mais robustos e de maior desenvolvimento, abandonado o sistema de mergulhia, e sobretudo d'arvores doentes abatidas de propósito para este effeito, aproveitando seu ultimo alento...».

²⁸ *O Agricultor Micaelense*, n.º 11, novembro de 1848, p. 190: «parece-nos ser [o mês de Novembro] a mais própria estação para plantar as laranjeiras. Os terrenos estão bem alagados, as plantas novas estão entropocidas agora; as noites são longas; e as chuvas não se fazem desejar. Quem tem plantações novas a fazer, apresse-as, e os que tem quintas já feitas, corram-nas e meudadamente as revistem marcando as faltas, que hão de ser replantadas, porque não lhes aconteça ao cabo de alguns annos acharem-se com uma quinta despovoada».

²⁹ *O Cultivador*, n.º 16, 15 de Abril de 1874, p. 442.

série de inovações que viriam, com o tempo, a alterar o equilíbrio do sistema vegetativo da laranjeira : «protegida a laranjeira, menos flôr se perdia, menos ficava o fructo à mercê do vento e, por consequencia maior deveria ser a producção. N'isto é que se punha todo o fito e os abrigos redobraram. Recorreu-se igualmente aos estrumes que não só augmentaram a producção em relação a número de laranjas, mas em tamanho d'estas, a que accresceu o pouco escrúpulo, chegando-se a mandar laranja que toda ella era casca...»³⁰.

b) *As «exigências» com a produção destinada à exportação*

Segundo Webster, era prática corrente, na ilha de S. Miguel, o comerciante dispor de homens, os chamados «cabeças», cuja função principal era a de andarem de quinta em quinta para tomarem conhecimento e informarem o patrão da provável quantidade e qualidade de laranja a colher na estação que se aproximava. Explica o autor que «este modo de compra é chamado '*comprar fruta no ar*', havendo nisto grande incerteza e risco, por isso que a fruta é muitas vezes comprada alguns meses antes do embarque a algumas vezes quando está perfeitamente verde. O comprador também está constantemente exposto a grandes perdas, causadas pelos ratos, ladrões e vendavaes. (...) Por estas causas o preço da fruta aumenta/de dia a dia, desde o tempo da compra até o dia do embarque. Há um outro e menos arriscado modo de compra é '*ao cento*', à medida que as laranjas são apanhadas, o que, comtudo, raras vezes se faz, por causa da concorrência (...) todo o commerciante esforçando-se por obter cedo no tempo proprio, tantas quintas quantas lhe seja possível»³¹.

Seleccionadas as quintas, esperava-se pela época da colheita dos frutos, cuja responsabilidade também cabia ao comerciante cidadão. Ele fornecia a folha seca de milho para embrulhar cada fruto. Ele

³⁰ *Ibidem*, p. 442.

³¹ Webster, «A ilha de S. Miguel em 1821» in *Arquivo dos Açores*, op. cit., vol. XIII, p. 151.

fornecia as caixas segundo as medidas utilizadas. Ele fornecia os burros necessários para o transporte das caixas de laranja até ao porto. Ele, finalmente, fornecia as enormes barças que serviam para o transbordo da laranja para os barcos que aguardavam o precioso fruto.

Ainda segundo Webster, apenas se confeccionavam as caixas de laranja, quando o navio chegava. «De manhã cedo dirigem-se á loja do patrão, onde se fazem as caixas da frutas ou onde se guardam prontas para uso; todos os homens teem cada um o seu burro, o qual carregam com 6 a 8 caixas, e d'ali vão para as quintas, às vezes a algumas milhas de distancia»³². A continuada ausência de estradas na ilha de S. Miguel impedia o uso de carroças, e, por isso, nos pedregosos caminhos e trilhos talhados nas escarpadas encostas, o burro constituía o único meio de transporte de homens e mercadorias. As vantagens oferecidas por este animal, desde o transporte pelas íngremes ravinas até ao baixo custo com o seu sustento, explicam o seu elevado número e as inúmeras referências que lhe são dedicadas nos relatos dos viajantes estrangeiros e nacionais que visitaram a ilha³³.

Quadro III
Recenseamentos dos gados na ilha de S. Miguel, no ano de 1839

Concelhos	(1)	(2)	(3)	(4)	Percentagem				
	Cavalar	Muar	Asinino	Vacum	(1)	(2)	(3)	(4)	Total
P. Delgada	211	819	1 714	4 021	3.1	12.1	25.3	59.4	100
Ribeira Grande	76	91	1 557	4 419	1.2	1.4	25.3	71.9	100
Capelas	64	168	903	2 026	2.0	5.3	28.5	64.0	100
Povoação	13	7	371	1 503	0.6	0.3	19.5	79.3	100
Nordeste	12	1	286	927	0.9	0.0	23.3	75.6	100
V. Franca Campo	21	3	569	969	1.3	0.1	36.4	62.0	100
Água Pau	13	5	269	321	2.1	0.8	44.2	52.7	100
Lagoa	14	45	413	518	1.4	4.5	41.7	52.3	100
Total	424	1 139	6 082	14 704	1.8	2.8	27.2	65.7	100

Fonte: *Mapa estatístico de 1839* in *O Açoreano Oriental*, n.º 344, 20 de Novembro de 1841, pag. 1743.

³² *Ibidem*, p. 152.

³³ *Ibidem*, p. 152 e José de Torres, *Ensaio: viagens no interior da ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada, Typographia do Correio, 1849.

Quadro IV
Recenseamento dos gados na ilha de S. Miguel, no ano de 1861

Concelhos	Cavalar	Muar	Asinino	Vacum	Percentagem				
					(1)	(2)	(3)	(4)	Total
P. Delgada	504	757	2 742	6 027	5.0	7.5	27.3	60.0	100
Lagoa	47	132	467	1 058	2.7	7.7	27.4	62.0	100
V. Franca Campo	31	193	400	1 387	1.5	9.5	19.8	68.9	100
Povoação	10	100	260	956	0.7	7.5	19.6	72.0	100
Nordeste	26	203	583	1 393	1.1	9.2	26.4	63.1	100
Ribeira Grande	100	520	1 071	2 810	2.2	11.5	23.7	62.4	100
Total	718	1 905	5 523	13 631	3.2	8.7	25.3	62.5	100

Fontes: *Relatórios sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes*, ano de 1861, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864, distrito de Ponta Delgada.

Obs: Capelas passara a integrar-se no concelho de Ponta Delgada, bem como Água de Pau no da Lagoa.

Quadro V
Recenseamento dos gados na ilha de S. Miguel

Anos	E S P E C I E S			P E R C E N T A G E M			
	Cavalos	Mulas	Asnos	Cavalos	Mulas	Asnos	Total
1852	597	1 243	7 814	6.1	12.8	80.9	100
1862	835	1 500	7 258	8.7	15.6	75.6	100
1870	852	1 771	7 167	8.7	18.0	73.2	100
1906	1 046	2 815	8 558	8.4	22.6	68.9	100

Fonte: *Revista Michaelense*, ano I, n.º 3, S. Miguel, Novembro de 1918, pag. 173.

Comparando os quadros da produção de laranja e do recenseamento de gados, por concelhos, verifica-se uma relação estreita entre a produção de citrinos e os efectivos do gado asinino e muar. Tomando por exemplo o ano de 1861, os concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa foram responsáveis por 85% da produção de laranja micaelense, da mesma forma que se registaram, nesses concelhos, 77% e 26.3%, respectivamente, do total de gado asinino e muar da ilha.

Compreendida a importância do gado asinino na «economia da laranja», visto constituir o meio dominante de transporte das caixas de laranja, desde as quintas até aos armazéns do porto de Ponta Delgada, vamos analisar de que forma se procedia à colheita dos frutos pelos ranchos de homens, sob as ordens do comerciante cidadão.

«Os rapazes trepam às árvores, com pequenos cestos presos por cordas, enquanto outros apanham a fruta dos ramos mais baixos, ou recebem/os cestos cheios pelos que estão em cima, que elles despejam no chão e lhes restituem. Todas as laranjas ou limões são apanhados à mão, os rapazes passando-as com todo o cuidado, de um para outro. Depois de juntos uns poucos de montões de tamanho regular, uma parte do rancho começa o processo de encaixotamento»³⁴.

Fouqué refere-se aos ranchos de trabalhadores, de ambos os sexos e de todas as idades, ocupados na apanha e embalagem dos frutos, considerando que, «malgré l'émigration incessante vers les deux Ameriques, la population surabonde aux Açores, et la main-d'oeuvre y est à très bon marché»³⁵.

Os irmãos Bullar, por sua vez, acentuam a facilidade na realização do trabalho da apanha e embalagem dos frutos, empregando expressões como «grupos joviais de homens e rapazes»³⁶, «grupos de açorianos alegres e em contínuo tiroteio de ditos maliciosos»³⁷, «estas crianças que trabalhavam a brincar, como as crianças grandes que lhes ficavam ao lado, eram a custo metidas na ordem por um velho, sempre que os pequenos afrouxavam no serviço ou preguiçavam»³⁸, «toda a gente conversa, ri e graceja»³⁹, «bandos de crianças, gritando, rindo e gracejando»⁴⁰, enfim, como se a realização desta tarefa de uma romaria se tratasse...

³⁴ Webster, «A ilha de S. Miguel em 1821» in *Arquivo dos Açores*, op. cit., vol. XIII, p. 153.

³⁵ Fouqué, *Voyages géologiques aux Açores*, op. cit., p. 6.

³⁶ Henry e Joseph Bullar, *Um inverno nos Açores...*, op. cit, p. 56.

³⁷ *Ibidem*, p. 56.

³⁸ *Ibidem*, p. 56.

³⁹ *Ibidem*, p. 58.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 59.

Ainda os Bullar elucidam-nos que, na época da apanha da laranja, se recorria ao trabalho sazonal de inúmeros braços⁴¹. A laranja colhida era depositada num grande cesto de vime que, a custo era transportado por um homem até um terreiro para onde era atirada, sem qualquer cuidado especial.

Neste terreiro, trabalhavam crianças tendo por tarefa preparar as folhas secas de milho e «recebido rapidamente o folhelho, um intermediário vai embrulhando cada laranja, passando-a a um terceiro trabalhador, que sentado com a caixa entre as pernas, a enche com incrível rapidez, repetindo-se todos estes actos tantas vezes quantas as necessarias para que a caixa fique completamente cheia, pronta a ser pregada. Dois homens entregam-na então ao carpinteiro que sobre ela estende várias tábuas delgadas que prende com arcos de salgueiro, e, pondo-lhe em cima o pé descalço, as prega e serra nas extremidades, passando-a depois para o burro, que está à espera da carga. Cada jumento carrega duas caixas de laranja, presas por meio de cordas atadas em forma de oito, bem seguras com correias por debaixo da barriga do animal»⁴².

A laranja era, assim, transportada para a cidade onde ficava guardada em armazéns particulares até à chegada de barco.

A falta de um porto de abrigo obrigava os veleiros a ancorarem longe da costa. Era aí que recebiam, em transbordo, cargas de cem a duzentas caixas de laranja transportadas em enormes barcaças, propriedade dos comerciantes citadinos⁴³.

O mau tempo obrigava, com frequência, à interrupção dos carregamentos. O veleiro apenas com parte da carga prevista, refugiava-se no alto mar e quando, dias mais tarde, regressava para completar o carregamento, muitas vezes, parte dele já se encontrava degradado, mesmo antes de sofrer uma viagem de dezasseis a vinte dias até aos portos da Grã Bretanha.

Segundo Luis Bernardo Leite de Ataíde, a laranja de S. Miguel, «para efeito de venda dividia-se em duas categorias; a do *ar* e do *chão*;

⁴¹ *Ibidem*, p. 59.

⁴² *Ibidem*, p. 57.

⁴³ Webster, «A ilha de S. Miguel em 1821» in *Arquivo dos Açores*, op. cit., vol. XIII, p. 152.

aquela era a que se conservava na árvore e aí se vendia; esta a que, açoitada pelo vendaval, caía a meio do seu desenvolvimento, sendo de inferior qualidade»⁴⁴ e, por isso, destinada ao consumo local, por autêntica bagatela.

Em princípio, apenas a laranja colhida da árvore se destinava à exportação, mas, a política das companhias exportadoras, como salienta Read Cabral, privilegiando a quantidade à qualidade, acabou por incentivar os proprietários menos escrupulosos a preencherem os seus «plafonds» com laranja do chão⁴⁵.

Jácome d'Ornellas Bruges afirma que a laranja na ilha Terceira era «dividida em três categorias «obtendo preços diferentes no mercado inglês consoante cada uma delas: «a da 1.^a obtinha o preço de 10 a 12 shelings por malote, a da 2.^a o de 8 a 9 shelings e a da terceira era paga por 3 a 6 shelings o malote»⁴⁶. Estas diferenças diziam respeito, com certeza, à sua variedade, tamanho e sabor, destinando-se à exportação, em princípio, apenas a laranja colhida da árvore.

Utilizavam-se várias medidas de caixas de laranja: *caixas grandes*, *caixas chatas* ou *meias caixas*, *terços e quartos de caixa* ou *caixas pequenas*»⁴⁷. A capacidade de cada um destes tipos de caixa era variável segundo o tamanho e o empacotamento dos frutos, mas as mais utilizadas eram as caixas «inglesas» (destinadas aos portos do Reino Unido) e as caixas «russianas» (destinadas aos portos americanos). De um modo geral, regulavam-se as caixas pequenas «a 3 por 2, tendo cada [caixa] grande 750 laranjas»⁴⁸.

⁴⁴ Luis Bernardo Leite de Ataíde, *Etnografia, arte e vida antiga dos Açores*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1974, vol. II, p. 216.

⁴⁵ *O Cultivador*, 2.º ano, n.º 16, 15 de Abril de 1874.

⁴⁶ Jácome d'Ornellas Bruges, *A ilha Terceira-Notas sobre a agricultura, gados e indústrias anexas*, Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade, 1915.

⁴⁷ Gabriel d'Almeida, *Diccionario Histórico-Geographico dos Açores*, op. cit., p. 26.

⁴⁸ José Tavares Macedo, *Estudo histórico sobre a cultura da laranjeira*, Lisboa, Typographia da Academia, 1854, p. 24; Joseph e Henry Bullar, *Um inverno nos Açores...*, op. cit., p. 60 e *O Agricultor Michaelense*, n.º 5, vol. 1.º, 20 de Fevereiro de 1844: «o formato das caixas que se carregarão para os Estados Unidos é muito pequeno; porém pela relação feita na Alfandega d'esta cidade, equivalem 693 caixas pequenas de formato ordinário ou a 462 grandes».

A confecção destas caixas merecia a maior atenção por parte dos comerciantes e administradores das companhias exportadoras, como se pode constatar, por exemplo, pela escritura notarial celebrada entre os administradores da companhia «Esperança» e o oficial de carpinteiro Francisco Luciano do Rego, a 27 de Outubro de 1852⁴⁹.

O contrato em questão, o único compulsado sobre esta matéria, compreendia quinze cláusulas específicas sobre os deveres do carpinteiro contratado. Estabelecia-se o preço de cada caixa, o tipo de madeira utilizado («boa madeira de pinho da terra ou da Figueira», «com tampos sem nós»), as medidas a respeitar, os prazos a cumprir, etc.⁵⁰.

O transporte de laranja em caixas domina até aos anos sessenta. A partir de então, assiste-se à preferência por malotes. Os registos das empresas Bensáude, por exemplo, alternam as referências a «malotes» e «caixas» e a estatística elaborada por Jácome d'Ornellas Bruges, para os anos de 1860 a 1870, referencia uma exportação de 80 a 100 000 «malotes» de 500 frutos cada um⁵¹.

Fouqué, explica que «la forme des caisses a complètement changé dans l'intervalle de mes deux voyages aux Açores. Jusqu'en ces dernières années, on se servait de grandes caisses à faces rectangulaires pouvant, suivant les années, contenir de 700 à 900 oranges de la variété commune»⁵². Afirma que a tampa destas caixas era arqueada o que permitia um número superior de frutos em cada composição, mas, por outro lado, dificultava o empilhamento das mesmas nos porões dos navios e contribuía para que grande parte dos frutos ficasse esmagada.

Pensa-se que este estratagema de arquear os tampos das caixas surgira para iludir os funcionários alfandegários que apenas se interessavam com a dimensão da caixa. Alterada a lei aduaneira inglesa, as caixas passaram a ser totalmente rectangulares. «Elle a 1 mètre de long, 50 centimètres de large et 20 centimètres d'épaisseur; la capacité est à peu près moitié de celle de l'ancienne. Elle est divisée en

⁴⁹ B. P. A. P. D., Fundo do Tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de Jacinto Manuel de Melo Botelho*, L.º 2668, fls. 39-39-v.

⁵⁰ B. P. A. P. D., Fundo do Tabelionato de Ponta Delgada, *Ibidem*.

⁵¹ Jácome d'Ornellas Bruges, *A ilha Terceira...*, op. cit., p. 44.

⁵² Fouqué, «Voyages géologiques...», op. cit., p. 6.

trois compartiments par deux solides cloisons, et entourée de trois bandes de châtaignir»⁵³.

Já os Bullar haviam aludido a este estratagema dos exportadores para ultrapassarem as contingências das taxas aduaneiras inglesas⁵⁴. Os agentes fruteiros acreditavam que subtraindo às respectivas caixas algumas centenas dos frutos comprimidos, os restantes frutos, libertos, recuperariam a sua forma inicial, e, deste modo, as caixas eram expedidas para as zonas rurais como se cheias estivessem.

A cobiça de produtores, enviando muitas vezes laranja caída, associada à cobiça dos intermediários, comprimindo a laranja para poupar nos direitos aduaneiros, viera também juntar-se a cobiça do agente fruteiro inglês, que esvaziava as caixas, na esperança de que as laranjas deixadas de sofrer tal compressão recuperassem a anterior forma!

Estes e outros excessos viriam a penalizar, irremediavelmente, a fama da «Saint-Michael orange» no mercado britânico.

Explica André do Canto, em artigo datado de 1843, que carregamentos inteiros de laranja estavam a chegar a Londres estragados, muito embora a duração da viagem fosse mais curta em relação ao passado. Enumerava, então, uma série de práticas nocivas que entretanto haviam sido adoptadas na ilha de S. Miguel. «Que cousa mais facil do obstar à maior parte d'estes inconvenientes?! Não empapelar fructa senão com folha bem secca, ainda que as barrigas das caixas fossem menores; — não apanhar a laranja senão por bom tempo, não a encaixotar senão bem enchuta, e em madeira bem secca; — com tempo duvidoso conduzir-a para os armazens coberta com oleados, que livrem as caixas das repentinas chuveiradas, tão proprias da estação invernosa nos Açores; — depozital-a em armazens, construidos de proposito para aquelle genero, aonde por muitas e grandes portas e janellas de grades de ferro aproveite por espaço de dous ou trez dias a perciza ventilação para diminuir ou perder completamente algum resto d'humidade; — embarcal-a, quanto possível seja, por tempo não chuvoso. Emfim, ter todas estas precauções, e outras que enfadaria enumerar faria que a laranja aturasse por mais tempo em

⁵³ *Ibidem*, p. 7.

⁵⁴ Henry e Joseph Bullar, *Um inverno nos Açores...*, op. cit., p. 57.

bom estado, e que não fosse fermentar e cozer-se nos porões dos navios»⁵⁵.

O cuidado com que se especificam os conselhos a adoptar, revelam-nos quão esquecidas estavam essas práticas indispensáveis à conservação do fruto, devido à longa duração da viagem marítima que o aguardava até aos mercados de destino.

II. A organização da comercialização.

a) *A periodização da «época da laranja»*

Através dos livros de direitos de 10% cobrados na alfândega de Ponta Delgada e de algumas fontes de natureza qualitativa, podemos verificar a existência de dois períodos na exportação da laranja: um primeiro período, onde dominam quase exclusivamente os empresários estrangeiros, e um segundo período, a partir de meados dos anos vinte, onde se afirmam, paulatina mas irreversivelmente, os interesses locais. Durante este segundo período, terão existido duas fases. A primeira dominada pelos agentes económicos agindo a título individual, e a segunda, inaugurada a partir de meados da década de quarenta, assegurada pela constituição de companhias exportadoras de laranja, que procuravam associar os interesses da produção aos da comercialização dos citrinos.

Durante as primeiras décadas, a exportação de laranja estivera a cargo dos comerciantes ingleses e americanos porque era «pequeno o numero de naturaes que [queriam] metter-se nestas especulações»⁵⁶, enquanto, nas fases seguintes se assistiu ao aumento do número de agentes económicos locais implicados no seu tráfego.

Durante as primeiras décadas fora a inépcia dos proprietários que os afastara dos circuitos da comercialização, mas desde inícios do segundo quartel de oitocentos, a maior especialização nos contactos com os mercados internacionais e a crescente rentabilização das áreas

⁵⁵ *O Agricultor Michaelense*, 1843, pp. 30-32.

⁵⁶ Webster, «A ilha de S. Miguel», *Arquivo dos Açores*, op. cit., p. 151.

de quinta afastaram, ora por desconhecimento, ora por indisponibilidade, o produtor da comercialização.

A fase experimental do comércio da laranja estava a terminar. Doravante, exigiam-se comerciantes experimentados nos contactos com a praça londrina, habituados ao manuseamento de moedas estrangeiras e ao endosso de letras de câmbio, conhecedores dos tráfegos comerciais do Atlântico e, por isso, mais preparados para saber aproveitar os retornos dos fretes com mercadorias de rápido consumo no mercado insular.

Pensamos que, até ao advento das companhias exportadoras de laranja, se verifica a separação quase total de interesses entre os proprietários e os comerciantes de laranja, beneficiando estes últimos, vantajosamente, das mais-valias alcançadas. A constituição das companhias exportadoras de laranja, numa derradeira tentativa, veio permitir que, associados, pequenos e grandes produtores procurassem controlar os destinos do seu trabalho, acabando com a provável «tirania» imposta pelos grandes negociantes da laranja.

Quadro VI
Agentes económicos envolvidos na exportação de laranja, 1800-1831

Valor: réis insulanos

Anos	Portugueses		Estrangeiros		Judeus	
	Valor	Caixas	Valor	Caixas	Valor	Caixas
1800-04	8 163.3	28 384	52 977.3	173 595	—	—
1805-09	10 600.7	32 430	65 648.9	221 014	—	—
1810-14	2 918.9	9 123	25 497.8	74 973	—	—
1815-19	13 464.9	40 670	63 811.2	207 046	—	—
1820-24	24 957.9	82 542	64 101.3	214 776	—	—
1825-29	37 254.4	115 434	82 103.0	275 643	6 635.9	22 746
1830-31	11 652.4	35 385	31 813.2	83 184	5 126.1	18 035
Total	109 016.3	343 968	385 953.9	1 250 231	11 762.0	40 781
Média anual *	3 633.876	11 466	12 865.1	41 674.4	1 680.28	5 825.8
% Total	21.5	21.0	76.1	76.4	2.32	2.5

Fonte: B.P.A.P.D., F.E.C., *Livros de direitos reais de 10% cobrados na alfândega de Ponta Delgada, 1800-1831.*

Quadro VII
**Agentes económicos envolvidos na exportação de laranja,
 pela alfândega de Ponta Delgada.**

Em percentagem

Anos	V A L O R				C A I X A S			
	Port.	Estr.	Jud.	Total	Port.	Estr.	Jud.	Total
1800	6.3	93.6	—	100	6.4	93.5	—	100
1805	27.7	72.3	—	100	20.7	79.3	—	100
1810	2.0	98.0	—	100	4.0	96.0	—	100
1815	9.8	90.1	—	100	8.5	91.5	—	100
1820	21.4	78.6	—	100	21.3	78.7	—	100
1825	32.4	63.0	4.5	100	29.7	65.7	4.5	100
1830	21.3	67.3	11.3	100	22.2	62.5	15.2	100

Fonte: B.P.A.P.D., F.E.C., *Ibidem*.

As três fases detectadas na comercialização da laranja podem explicar-se, quanto a nós, quer por factores endógenos, quer por factores exógenos à sociedade micaelense.

No âmbito dos factores endógenos, consideramos que os ingleses controlavam maioritariamente este tráfego até aos anos vinte, porque beneficiavam dos contactos familiares e empresariais estabelecidos na sua pátria. Praticando a profissão de «comerciante» a meio tempo (quando não eram representatantes consulares, exerciam outras actividades remunerativas), os riscos inerentes a essas transacções comerciais tornavam-se menos gravosos.

Na fase seguinte, cresceu o número de quintas, alargou-se a superfície cultivada de laranjeiras, multiplicou-se o número de proprietários e desenvolveu-se, paralelamente, um novo tipo de intermediário que estabeleceu a ligação entre o proprietário e o agente estrangeiro.

Este novo agente económico tornou-se responsável por todas as fases económicas, desde a organização da colheita dos frutos até ao seu desembarque no porto de destino, fornecendo crédito aos proprietários e pagando-lhes, adiantadamente, as colheitas futuras. O proprietário limitava-se, de futuro, a rentabilizar da melhor maneira os seus investimentos agrícolas, porque, sem aborrecimentos, nem delongas, quando as suas árvores começassem a florir, a produção próxima futura seria, de imediato, comprada por um negociante que trataria

de todas as fases subsequentes. O negociante, por seu turno, no desembolso de elevadas quantias entre o período da compra e o período da exportação, vigiava com o maior empenho a maturação dos frutos, as oscilações dos preços nos mercados de destino, os valores dos fretes e as flutuações das moedas. Daí, o seu interesse em contactar com agentes estrangeiros, em fretar o maior número de barcos (note-se que a oferta de citrinos aumentara) e em assegurar fretes compensadores, fazendo diminuir, deste modo, o prejuízo dos barcos entrados em lastro⁵⁷.

Considerando os factores exógenos que beneficiaram o arquipélago na «época da laranja», há, em primeiro lugar, a revolução liberal de 1820 e a promulgação de leis liberais pelas Cortes Constituintes. Nas ilhas, substituiu-se a antiga oligarquia do poder e, embora a insegurança política se tivesse manifestado até 1834, o estacionamento das tropas, o discurso de livre-câmbio, a discussão sobre o tratado de 1810 e a crença na prosperidade futura devem ter estimulado as trocas no/do arquipélago e motivado as grandes especulações, como em todos os períodos de instabilidade político-social. Em segundo lugar, a chegada de comerciantes judeus, de nacionalidade britânica, ao arquipélago deve também ter contribuído para o incremento de uma nova mentalidade empresarial na sociedade insular. Eles instalaram-se em todas as ilhas e fomentaram o consumo pela concessão alargada de novas formas de crédito e pela prática generalizada de uma política de baixos preços⁵⁸. Manipuladores por excelência das espécies monetárias em giro e no uso de letras de câmbio, embora afastados do tráfego da laranja, a curto prazo, vieram apropriar-se das letras de câmbio na posse dos proprietários da laranja e, por via destas, pagar as suas importações inglesas.

Paralelamente à revolução liberal e à introdução de novas formas de comércio promovendo novos consumos, divulgadas pelos comer-

⁵⁷ Cf: Fátima Sequeira Dias, «O porto de Ponta Delgada e o comércio micalense entre 1821 e 1825» in *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, Série História, vol. VIII, Ponta Delgada, 1986, pp. 9-67.

⁵⁸ AQ: Idem, «Les juifs marocains dans l'archipel des Açores — debut d'une nouvelle mentalité commerciale: L'exemple Bensaúde», in *Mélanges Pierre Salmon*, Civilisations, vol. XLI, n.ºs 1-2, Setembro 1992, pp. 403-413.

cientes judeus, temos a considerar, em terceiro e último lugar, o facto de o Brasil se ter tornado um Estado independente em 1825, agravando-se desde então a tendência decrescente, manifestada desde finais do século XVIII, nas suas relações comerciais com o arquipélago ao longo da década de vinte.

Abandonado o mercado brasileiro, os comerciantes insulares vão apostar, durante os próximos cinquenta anos, no mercado do Reino Unido, porquanto a oferta de citrinos açorianos irá acompanhar a crescente procura deste bem pelos consumidores britânicos.

Recorde-se que, desde finais do século XVIII, a Inglaterra mantinha relações comerciais privilegiadas com Portugal, tendo-se acentuado a dependência comercial portuguesa desde o Bloqueio Continental e a instalação da corte no Brasil. «L'alliance intime qui s'est établie alors entre l'Angleterre et le Portugal a créé des relations commerciales entre les deux pays et fourni un débouché presque illimité aux produits de San Miguel»⁵⁹.

b) *Os agentes económicos*

Beneficiadas as terras com a plantação de árvores de espinho, o proprietário confrontava-se com a necessidade de organizar a colheita dos frutos, o seu encaixotamento e envio para os armazéns da cidade para, daqui, seguir viagem para os portos da Grã Bretanha, quando o barco chegasse e o tempo permitisse.

Nos alvares de oitocentos, a oferta de citrinos micalenses distribuía-se por mais de dois mil proprietários e usufrutuários de quintas⁶⁰, enquanto os agentes económicos responsáveis pela sua exportação não ultrapassavam a centena. Entre estes, menos de duas dezenas dominavam mais de dois terços desta exportação.

A partir dos anos trinta, o número desses exportadores ainda se tornaria menor. A necessidade de avultados capitais e os riscos inerentes a esta operação tinham afastado quantos pela sua pequenês e isolamento não conseguiam competir com os grandes negociantes

⁵⁹ Fouqué, «Voyages géologiques aux Açores», op. cit., p. 2.

⁶⁰ Gabriel d'Almeida, *Diccionario histórico-geographico dos Açores*, op. cit., p. 24.

do tempo. Explica Braudel que, «desde sempre, os capitalistas (...) conhecem mil e uma maneiras de falsear o jogo [da concorrência] a seu favor, conseguindo manipular o crédito, pelo jogo vantajoso das moedas boas contra as más... Têm a superioridade que lhes dá a informação, a inteligência e a cultura. A sua volta apoderam-se de tudo o que valha a pena, terra, imóveis, rendas... Alguém duvidará de que dispõem de monopólios?...» ⁶¹.

Quadro VIII
Os maiores exportadores de laranja registados na alfândega
de Ponta Delgada, 1800-1829

Unidade: caixas *

Exportadores	1800-09	1810-19	1820-29	Total
Hickling e Anglin	95 701	—	—	95 701
Ivens & Burnett	26 443	78 071	104 101	208 615
Guilherme Ivens	—	—	71 809	71 809
George Nesbit	—	—	37 470	37 470
Diogo Cockburn	54 411	17 090	2 688	74 189
Guilherme Brander **	4 872	29 691	120 529	155 092
João Carlos Scholtz	20 867	11 714	2 406	34 987
Guilherme H. Read	25 047	26 279	24 949	76 275
Thomas Blunt	—	—	26 787	26 787
Thomas Hickling e C. ^a	10 783	38 620	67 422	116 825
Loureiro e Filhos	23 821	17 828	470	42 119
Jacinto I. R. Silveira	2 692	22 137	165 404	190 233
Total Açores	455 423	331 812	711 141	1 498 376

Fonte: B. P.A.P.D., F.E.C, *Ibidem*.

Não existem livros de registos posteriores ao ano de 1831.

* Não estabelecemos diferença entre as caixas grandes e as caixas pequenas. Por vezes também a acrescentar às cargas de laranja, somavam-se algumas caixas de limão, mas a sua exportação nunca atingiu valores representativos.

** Senior e Junior.

⁶¹ Fernand Braudel, *A dinâmica do capitalismo*, Lisboa, E. Teorema, 1985, p. 63.

Quadro IX
Os maiores exportadores de laranja pela alfândega
de Ponta Delgada, 1800-1829

Unidade: mil réis

Exportadores	1800-09	1810-19	1820-29	Total
Hickling e Anglin	27 060	—	—	27 060
Ivens & Burnett	7 720	24 639	31 280	63 639
Guilherme Ivens	—	—	23 479	23 479
George Nesbit	—	—	11 494	11 494
Diogo Cockburn	16 123	4 338	608	21 069
Guilherme Brander	1 545	9 250	37 568	48 363
João Carlos Scholtz	6 258	3 488	672	10 418
Guilherme Harding Read	8 000	7 146	7 950	23 096
Thomas Blunt	—	—	8 150	8 150
Thomas Hickling e C. ^a	3 235	11 285	17 604	32 124
Loureiro e Filhos	7 304	6 036	161	13 501
Jacinto I. R. Silveira	983	6 817	50 716	58 516
Total dos Açores	137 394	105 693	215 053	458 140

Fonte: B.P.A.P.D., F.E.C., *Ibidem*.

Os quadros revelam-nos que entre os exportadores estrangeiros nenhuma situação de primazia havia sido conquistada definitivamente. Alguns exportadores perdem a sua posição de destaque desde inícios de oitocentos, enquanto outros, só após a década de vinte, iniciam essa actividade. Em relação aos exportadores portugueses, verifica-se um número crescente dos mesmos desde inícios do século, embora sendo responsáveis por valores insignificantes. Apenas se deve fazer referência a Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira que, ao longo do século, vai assumir uma posição de destaque no seio dos maiores exportadores de laranja micaelense.

Quadro X
**Importância dos maiores exportadores no total das exportações
 de citrinos, 1800-1829**

Em percentagem

Exportadores	1800-1809		1810-1819		1820-1829	
	Caixa	Valor	Caixa	Valor	Caixa	Valor
Hickling & Anglin	21.0	19.6	—	—	—	—
Ivens & Burnett	5.8	5.6	23.5	23.3	14.6	14.5
Guilherme Ivens	—	—	—	—	10.0	10.9
George Nesbit	—	—	—	—	5.2	5.3
Diogo Cockburn	12.0	11.7	5.1	4.1	0.3	0.2
Guilherme Brander	1.0	1.1	8.9	8.7	16.9	17.4
João Carlos Scholtz	4.6	4.5	3.5	3.3	0.3	0.3
Guilherme Read Cabral	5.5	5.8	7.9	6.7	3.5	3.6
Thomas Blunt	—	—	—	—	3.7	3.7
Thomas Hickling C. ^a	2.3	2.3	11.6	10.6	9.4	8.1
Loureiro e Filhos	5.2	5.3	5.3	5.7	0.06	0.07
Jacinto I. R. Silveira	0.6	0.7	6.6	6.4	23.2	23.5
Subtotal	58.0	56.6	72.4	68.8	87.1	87.5
Outros	42.0	43.4	27.6	31.2	12.8	12.5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: B.P.A.P.D., F.E.C., *Ibidem*.

A crescente necessidade de capitais para fazer face aos adiantamentos à produção, aos custos inerentes ao maior número de barcos fretados, aos seguros marítimos, ao pagamento de direitos aduaneiros e ao pagamento de comissões aos agentes estrangeiros veio contribuir, quanto a nós, para a especialização crescente deste rentável comércio.

O comerciante, financiando a produção local e reunindo uma oferta dispersa, necessitava, por seu turno, de crédito do agente inglês. O comerciante responsabilizava-se por todas as fases económicas desde a apanha dos frutos até ao seu embarque num veleiro de nacionalidade estrangeira, enquanto o agente fruteiro inglês organizava os circuitos dos tráfegos no Atlântico (fretando e segurando barcos para o transporte da laranja), fornecia, directa ou indirectamente, bens de

rápido consumo no mercado insular, e concedia crédito para assegurar a produção de citrinos local. William Mc Andrew & Sons era, sem dúvida, o agente da praça inglesa mais solicitado pelos exportadores micaelenses ⁶².

Os produtores de laranja encontravam-se duplamente dependentes. Dependentes dos preços fixados pelo agente fruteiro inglês, e, dependentes dos preços impostos pelo comerciante local. Uns e outros tentavam realizar, em suma, a maior mais-valia possível à custa do produtor agrícola.

Quadro XI
Custos por unidade, pagos pelo exportador

Unidade: réis insulanos

Custo de cada caixa	2\$500
Despesa com condução a bordo	1\$000
Frete do navio 8. ^a	2\$400
Direitos na doca de Ponta Delgada	\$225
Direitos portuários na Inglaterra	1\$050
Total . . .	7\$175

Fonte: José Tavares de Macedo, *Estudo histórico sobre a cultura da laranjeira em Portugal e sobre o commercio da laranja*, Lisboa, Typographia da Academia, 1854, pag. 24.

* «Esta conta resulta do câmbio da libra a 5\$600 rs : o imposto cobrado por caixa era de 3 shellings e 9 dinheiros».

Os preços da caixa de laranja sofreram várias alterações ao longo do século, ora por acção da conjuntura nos mercados consumidores (forte concorrência com a laranja de Sevilha e de Setúbal), ora por acção das intempéries climatéricas locais, ora ainda pelo agravamento das taxas aduaneiras sobre a sua exportação.

Uma carta de José de Canto testemunha os inúmeros «perigos» que espreitavam a laranja micaelense, todos os anos: «as nossas caixas

⁶² Cf: Nestor de Sousa, «Sinais de presença britânica na vida açoreana (século XVI-XIX)» in *Arquipélago*, Revista da Universidade dos Açores, n.º especial 1988: «Relações Açores-Grã Bretanha», pp. 25-100 e Fátima Sequeira Dias, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica: A Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1878*, dissertação de doutoramento, Universidade dos Açores, 1993.

de laranja têm alguma cousa, que apodrece, se não há viagens curtas. A sua boa qualidade este anno, a brevidade do transporte, e a escassez de fructa de outras Ilhas, Portugal e Espanha, tem-lhe conservado bons preços mesmo depois do Natal, e se o bom tempo, que hontem se queria arrepender, continuar tão bom, como ate agora, podem-se augurar lisongeiros resultados...»⁶³.

Como sabemos, ao longo do século XIX, assistiu-se à depreciação relativa dos preços agrícolas face aos preços dos bens industriais⁶⁴ e, nesse sentido, a laranja micalense, como produto agrícola de fácil deterioração, também terá sofrido essa mesma tendência, ainda agravada pela sua oferta se limitar a cinco meses do ano.

Os preços rateados por caixa de laranja tenderam a baixar, bem como o preço dos fretes marítimos ao longo do século⁶⁵, mas, como se assistiu ao aumento das imposições fiscais sobre a laranja açoriana, para fazer face ao flagelo das pragas e para financiar as obras do porto de Ponta Delgada, produtores e exportadores pouco beneficiaram com a descida generalizada do custo dos fretes marítimos.

Quadro XII

Preço da caixa grande de laranja na ilha de S. Miguel

Unidade: réis insulanos

Décadas	Preço médio
1860-1861	2\$710
1861-1862	1\$750
1862-1863	2\$056
1863-1864	1\$738
1865-1866	1\$970

Fonte: Com base nos *Relatórios sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes*, op. cit.

⁶³ *Cartas particulares do Sr. José do Canto aos Srs. José Jácome Corrêa e Conde de Jacome Corrêa, 1840 a 1893*, Ponta Delgada, Typographia do Diário dos Açores, 1915, Carta XXII, pp. 86-87.

⁶⁴ Louis Bergeron, «A revolução industrial inglesa» in Pierre Léon, (dir), *História Económica e social do mundo*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1984, vol. III, tomo I, p. 302.

⁶⁵ Paul Bairoch, *Revolução industrial et sous-développement*, Paris-Haia, Mouton, 1974, p. 176 e Gabriel d'Almeida, *Diccionario Histórico Geographico dos Açores*, op. cit., p. 25.

A angústia dos comerciantes locais, face à incerteza do preço em cada uma das épocas da laranja, ficou registada na numerosa correspondência comercial trocada com agentes e fornecedores. Pode afirmar-se que, entre Novembro e Abril, as informações mais preciosas diziam respeito aos preços alcançados pela laranja micaelense no mercado inglês ⁶⁶.

Pensamos que entre as possíveis razões a enumerar para explicar o advento das companhias exportadoras se deve colocar, em primeiro lugar, a descida geral dos preços de venda dos citrinos açorianos no mercado inglês.

Essas companhias, associando pequenos e grandes produtores, tornar-se-iam responsáveis pela principal exportação de citrinos, a partir dos anos cinquenta.

O primeiro projecto da constituição de uma companhia exportadora de laranja surge publicado no Jornal «O Açoriano Oriental», a 19 de Dezembro de 1835 (e números seguintes até 9 de Janeiro de 1836).

Manuel José Ribeiro de Guimarães, na qualidade de secretário da Câmara Administrativa do Comércio de Ponta Delgada, envia o referido projecto para publicação considerando que «as grandes vantagens, que podem resultar a esta Ilha da formação de uma Companhia destinada a fazer o Comercio da Laranja, que sendo o ramo mais importante da riqueza della, é todavia sujeito a grande decadencia, se um braço forte não sustentar a sua exportação, e cuidar do progressivo beneficio de que este genero precisa desde a sua colheita até ao desembarque no Porto a que fôr destinada...» ⁶⁷.

Através da análise do projecto de estatuto, então publicado, ficámos a saber que a Companhia deveria denominar-se «Companhia de Exportação da Laranja da Ilha de S. Miguel», o seu capital ascenderia a 120 000\$000 divididos em 1 200 acções de 100\$000 cada uma e as suas actividades deviam iniciar-se após efectuada a venda de 600 acções (...).

Este projecto de estatuto era assinado por Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira, António José Vasconcelos, Filipe Maria Bessone, Guilherme Ivens, João Pedro da Costa, Antonio Malheiro de Melo,

⁶⁶ Cf: Arquivo Bensaúde, *Copiadores de correspondência expedida*, desde 1835.

⁶⁷ *O Açoriano Oriental*, 19 de Dezembro de 1835.

Manuel José Ribeiro Guimarães. Não encontramos nas fontes históricas compulsadas a escritura notarial relativa à constituição desta companhia, embora, por oposição às que se formarão mais tarde, ela tenha ficado conhecida, no tempo, por «*Companhia Velha*».

Em 1845, veio a criar-se a «*Nova Sociedade d'Exportação da Fruta Michaelense*», tendo por seus promotores José Caetano Dias do Canto e Medeiros, José Jácome Corrêa, José Inácio Machado de Faria e Maia, José do Canto e Agostinho Machado de Faria e Maia.

No ano seguinte, constituir-se-ia a companhia «*União Michaelense*», determinando que a duração prevista seria de apenas «quatro annos comprehendidos nas colheitas de 1846 a 1849 inclusivé»⁶⁸.

Como particularidade, regista-se que esta sociedade tinha por objectivo a associação dos grandes proprietários locais: «a importancia da Companhia é o resultado da união de certas e determinadas quintas, com que os socios subscreverem» (art.º 4.º) e «a companhia começará as suas operações, logo que estejam inscriptas quintas, que possão regularmente produzir 10 mil caixas de laranja, medida ingleza, em cada anno...» (art.º 5.º).

O artigo 13.º é o mais inovador: «para que haja a mais perfeita igualdade entre os Sócios a respeito das apanhas da fruta nas diferentes epochas, fica estabelecido que cada cem caixas grandes apanhadas em qualquer occasião da colheita, terão o augmento d'uma caixa pequena (ou dous terços d'uma caixa grande) em cada um dia que houver deccorrido desde aquelle em que houver tido principio a colheita por conta da Companhia; havendo logar esta compensação na laranja que se apanhar até ao ultimo dia em que findar a mesma colheita».

Em 1847, por sua vez, Mariano Elias Franco de Sá, Francisco Cordeiro Raposo, Tomás José da Ponte, Joaquim Alvares Cabral, João Inácio Peixoto, Manuel José Alves, entre muitos outros signatários, estabeleciam a primeira escritura para a constituição da companhia exportadora de laranja denominada «*Boa Fé*»⁶⁹.

⁶⁸ *Estatutos da Companhia d'exportação de laranja de Ilha de S. Miguel, denominada União Michaelense*, Ponta Delgada, Typographia do Correio Michaelense, 1847, art.º 6.

⁶⁹ B.P.A.P.D., Fundo do Tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de Joaquim Claudio de Almeida*, L.º 477, M.º 87, fls. 117v-126, 156-158v.

Nos inícios da década de cinquenta, já operavam cinco companhias exportadoras de laranja na ilha de S. Miguel: «a Companhia Velha» «A Nova Sociedade» «A Providência» e a «Boa Fé», acrescentando-se a partir do 1.º de Agosto de 1852 a companhia «Esperança»⁷⁰.

Os directores desta última companhia, formada para o período de 1852-53 a 1855-56, eram Júlio Mâncio de Faria e Victor Machado de Sampaio, negociantes⁷¹. Através de diversas escrituras notariais ao longo de vários meses, verifica-se que o número de associados não cessou de crescer e que ainda se encontrava a funcionar no ano de 1859⁷².

Em relação à ilha Terceira, colocada em segundo lugar quanto à exportação de laranja açoriana, só temos conhecimento de uma companhia exportadora — a «sociedade de proprietários d'Angra para a exportação de laranja», criada a 15 de Julho de 1839⁷³.

O regulamento especifica 23 condições aos sócios signatários, explicando-se, entre outras cláusulas, que «as remessas (...) serão dirigidas a Londres, a casa dos Senhores Shaw e Caffary, negociantes d'aquella cidade... à direcção dos quaes, fica commettida a escolha de portos, e a melhor maneira de reputar as cargas da sociedade» (condição 5.ª) e que «a bitola da caixaria será a — russiana — quando porem algum socio queira carregar caixa — inglesa — o poderá fazer, sendo sempre o calculo de tres caixas das primeiras por duas das segundas» (condição 22.ª).

Note-se que as companhias exportadoras de laranja, organizadas no arquipélago tinham em comum várias características, tais como:

— Concessão de liberdade na compra, alienação ou doação das acções adquiridas pelos sócios.

— Aquisição de quotas, ou acções equivalentes aos quantitativos de laranja a fornecer futuramente.

⁷⁰ *O Agricultor Micahelense*, n.º 51, Março de 1852, pp. 837-846.

⁷¹ B.P.A.P.D., Fundo do Tabelionato de Ponta Delgada, *Livro de notas de Jacinto Manuel de Melo Botelho*, L.º 2668, fl. 31.

⁷² B.P.A.P.D., Fundo do Tabelionato de Ponta Delgada, *Ibidem*, fls. 21-22-v, 28-v a 38, 31, 39, 70-v-76-v; L.º 2669, fls. 2-4-v, 57- 58-v, 81-v-85-v; L.º 2676, fls. 286-287 e L.º 2677, fls. 6-v-8-v.

⁷³ *O Monitor*, n.º 72, 17 de Junho de 1840.

— Concessão de empréstimos aos produtores ainda antes da colheita (os chamados, «abonos»), embora com a cobrança de um juro previamente estabelecido por ambas as partes.

— Entrega de recibos comprovativos do montante da fruta colhida pelos 'cabeças' da companhia, bem como recibos das importâncias pagas pela companhia.

— Pagamento de parte da colheita, no acto da entrega da fruta, e cumprimento das restantes mensalidades em prazos previamente fixados pelos respectivos estatutos.

— Atribuição de vantagens aos sócios decididos a vender integralmente a sua fruta à respectiva companhia, embora se lhes concedesse liberdade de venda a outros agentes económicos.

— Organização administrativa das companhias, havendo órgãos determinados para o estabelecimento de contactos com os agentes estrangeiros, a fixação dos preços e a organização dos fretamentos.

— Obrigação de informar os sócios, anualmente, do fluxo de negócios da companhia respectiva.

Estas companhias exportadoras vão manter-se em actividade ao longo da segunda metade de oitocentos, até ao esgotamento total da exportação de laranja.

Francisco Maria Supico, em 1864, inventariava vinte casas exportadoras em Ponta Delgada, acrescentando que «além d'estes exportadores commerciantes, alguns proprietarios embarcam por sua conta a fructa de sua lavra»⁷⁴, enquanto na Ribeira Grande apenas existiam duas casas e em Vila Franca do Campo, três.

Francisco Maria Supico, no *Almanach para 1867* já não referencia o mesmo número de casas exportadoras de laranja. Omite dez casas na cidade de Ponta Delgada e acrescenta nomes de exportadores inexistentes no *almanach para 1865*⁷⁵.

⁷⁴ *Almanack para o arquipélago dos Açores para 1865*, Ponta Delgada, Typographia da Persuasão, 1864, pp. 35-36.

⁷⁵ *Almanach para o arquipélago dos Açores para 1867*, Ponta Delgada, Typographia da Persuasão, 1866, p. 24.

Quadro XIII
Exportadores micalenses de laranja

1865-1866 (1)	Quant. barcos
Jacinto Fernandes Gil	58
George Hayes	46
Amâncio Gago da Câmara	37
Gaspar, Pontes & C. ^a	28
Aguiar, Moreira & C. ^a	26
José Jacinto Botelho	26
S. Bensaúde	24
Leopoldo José de Chaves	17
Faria & filho	10
João George Adam	10
Tomas Ivens	10
João Maria Bessone	4

Fonte: *Almanach do archipelago dos Açores-Estatístico, historico recreativo e noticioso para 1867*, coordenado por Francisco Maria Supico, 1866, pag 24.

Por sua vez, a relação apresentada pelo governador Civil de Ponta Delgada, datada de 20 de Novembro de 1872, ainda menciona menos casas exportadoras na cidade de Ponta Delgada, acrescentando, pelo contrário, mais duas em Vila Franca do Campo.

Ano de 1872

Ponta Delgada	Vila Franca do Campo
José Jácome Correia e outros	Ricardo José Sequeira
Ferreira e Sequeira	António Augusto Silveira
Silva Cabral e C. ^o	Agnelo Botelho Junior
José Jacinto da Luz	Nuno G. B. A. Coutinho Gusmão
Chalupa e C. ^a	
Salomão Bensaúde e F. ^o	
João Machado de Faria e Maia	
Tavares, Furtado e C. ^a	

Fonte: B.P.A.P.D., F.E.C., *Mapa do Governo Civil de Ponta Delgada, 20 de Novembro de 1872*, cit por Maria Isabel da Conceição João, *Os Açores no século XIX- Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, pag. 158.

Tudo nos indica, portanto, que o contrato de associação de produtores por um período determinado de colheitas, continuava a vingar, dissolvendo-se as respectivas sociedades ou companhias após o cumprimento dos prazos determinados. Daí, o seu número se alterar de ano para ano.

Registe-se, contudo, que a constituição das diversas companhias exportadoras de laranja não veio inverter a tendência para o agravamento da baixa de preços da laranja micalense no mercado inglês.

c) *Os mercados de destino*

Os britânicos, fruto de uma pioneira revolução industrial, passaram a dispor de um poder de compra superior aos restantes povos, generalizando-se, por isso, novos hábitos de consumo, desde finais do século XVIII ⁷⁶.

A importância do mercado britânico está patente nos indicadores apresentados: no número de barcos daquela nacionalidade que aportam no porto de Ponta Delgada, nos quantitativos de citrinos exportados para o país, no valor da laranja no seio das exportações micalenses, no valor absoluto e relativo da laranja micalense no seio das importações britânicas.

Quadro XIV
Entrada de embarcações no porto de Ponta Delgada, 1801-1850

Em percentagem

Anos	Reino Unido		%	Outros	Total	Total	Total
	Londres	Outros	R.U.	Estrang.	Estrang.	Port.	
1800-09	13.5	14.0	27.6	17.7	45.3	54.6	100
1810-19	13.7	15.4	29.1	5.3	34.4	65.5	100
1820-29	14.6	27.8	42.5	3.7	46.2	53.7	100
1830-39	15.1	35.5	50.7	12.3	63.1	36.8	100
1840-49	22.2	32.6	54.9	6.9	61.8	38.1	100
1850-59	14.3	35.6	49.9	5.6	55.6	44.3	100

Fonte: B.P.A.P.D., F.E.C., *Livros de Registo de entrada de embarcações na alfândega de Ponta Delgada, 1800-1859.*

⁷⁶ Louis Bergeron, «A Revolução Industrial Inglesa», op. cit., p. 302; Hamish Fraser, *The Coming of the Mass Market, 1850-1914*, Macmillan Press, 1981 e Hoh-Cheung

A quase totalidade desses barcos provenientes do Reino Unido destinava-se ao tráfego da laranja, como se pode confirmar através dos respectivos registos de saída de embarcações no porto de Ponta Delgada.

Quadro XV
Saídas de barcos com caixas de laranja,
segundo os destinos, 1821-1850

Em percentagem

Anos	Total R.U.	estrang.	Total estrang.	Total Port.	Total
1820-1824	85.7	14.1	99.8	0.2	100
1825-1829	92.6	7.3	99.9	0.1	100
1830-1834	97.9	1.9	99.8	0.1	100
1835-1839	99.5	0.3	99.8	0.2	100
1840-1844	98.5	1.4	99.9	0.1	100

Fonte: B.P.A.P.D., F.E.C., *Livro de registo de saídas de embarcações na alfândega de Ponta Delgada*, 1820-1844.

* Não existem os respectivos livros para as datas anteriores a 1820 e posteriores a 1844.

O porto de Londres detinha a primazia deste tráfego. Parte da laranja aí desembarcada destinava-se ao mercado provinciano, através de uma importante navegação de cabotagem realizada entre este porto e os restantes portos não especializados no comércio internacional⁷⁷.

Supomos que, com o tempo, os importadores ingleses, fruto da deterioração rápida da laranja, terão passado a privilegiar os portos que serviam as regiões para onde ela se destinava, deixando de efectuar o seu transbordo nos portos de Londres, de Liverpool e de Bristol. Só assim se explica a quantidade extraordinária de pequenos portos britânicos que figuram nos registos alfândegários de exportação de laranja⁷⁸.

& Lorna H. Mui, *Shops & Shopkeeping in Eighteenth Century England*, Londres, McGill-Queen's University Press, 1989.

⁷⁷ John Armstrong, «Coastal Shipping» in Derek Aldcroft e Michael Freeman (ed.), *Transport in the Industrial Revolution*, Manchester University Press, 1983, p. 144.

⁷⁸ *Chisholm's Handbook of Commercial Geography*, (1889), 1980, 20.^a ed, p. 98: considerações sobre as economias realizadas nos transportes de produtos perecíveis.

Os números comprovam a importância do mercado britânico nas exportações de citrinos micaelenses, visto 95 % das suas exportações se destinarem àquele mercado.

As fontes de aprovisionamento de laranja do mercado interno britânico não se reduziam, no entanto, ao arquipélago dos Açores, porquanto as ilhas detivessem um papel de relevo no conjunto de importações de citrinos pela Inglaterra.

Quadro XVI
Importância da laranja açoriana no mercado britânico *

Anos	Portugal (a)	Espanha (b)	Sicília	Terceira Faial	S. Miguel	Total
1858-59	137 250	58 614	106 543	15 227	134 786	452 420
1859-60	150 516	110 720	53 200	63 374	267 337	645 147
1860-61	70 876	90 671	87 563	50 930	214 563	514 603
Total	358 642	260 005	247 306	129 531	616 686	1612 170
%	22.25	16.14	15.33	8.0	38.26	100

Fonte: *Relatórios sobre o estado de administração pública nos distritos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, 1861, 1862, «Districto de Ponta Delgada».

* Referência às importações registadas nos portos de Londres, Liverpool, Bristol e Hull

(a) — Porto ; Lisboa e Setubal.

(b) — Valência e Sevilha.

O peso dos citrinos do arquipélago no conjunto das importações de citrinos pelo Reino Unido, entre 1841 e 1850, representava:

Em percentagem

1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850
36.6	33.5	32.0	33.3	43.4	35.6	36.9	45.5	36.6	50

Fonte: British Library, *Parliamentary Papers*.

Quadro XVII
**Importação de citrinos no Reino Unido,
 provenientes dos Açores**

Unidade: Caixas grs. e peq.

Caixas	1831	1835	1840	1845	1850
até 5000 polegadas	29 068	32 423	88 609	75 335	56 365
Entre 5000 e 7300 polegadas	86 352	87 171	67 056	119 615	147 174
Mais de 7300 polegadas	58	—	2	806	—
Total . . .	115 478	119 594	155 655	195 756	203 539

Fonte: British Library, *Ibidem*.

Com base nos números calculados verifica-se que a população da Grã Bretanha consumia anualmente:

Laranja dos Açores

1831	1 caixa para 141, 75 pessoas	79
1841	1 caixa para 112, 3 pessoas	
1850	1 caixa para 102, 6 pessoas	

A exportação açoriana era de vital importância para a economia e sociedade insulares, e, por isso, se publicavam e divulgavam, com

⁷⁹ Os dados da população do Reino Unido (Grã Bretanha e Irlanda) foram retirados de Peter Mathias, *A primeira nação industrial : uma história económica da Inglaterra, 1700-1914*, (1969), Lisboa, Assírio e Alvim, s/d, p. 347, quadro I

População

Ano	R.U.	G.B.	Irlanda
1831	24,01	14,21	6,80
1841	26,75	18,55	8,20
1951	27,39	20,88	6,51

cuidado e empenho, todas as informações relativas ao comportamento dos preços, dos fretes e, de um modo geral, de todo o pulsar da economia britânica ⁸⁰.

III. A prosperidade da «época da laranja»

É importante salientar que a «época da laranja» coexistiu com as importantes exportações de milho e de leguminosas e que as três exportações reunidas contribuíram, em suma, para a prosperidade do século XIX açoriano.

Quadro XVIII
Exportação pela alfândega de Ponta Delgada

Valor: réls insulanos

	1835-36	1840-41	1874-75
Citrinos (laranja e limão)	191 853\$00 (41.8%)	275 446\$00 (43.4%)	262 797\$365 (47.2%)
Cereais (milho/trigo)	201 162\$000 (43.8%)	253 736\$000 (39.9%)	170 679\$980 (30.8%)
Leguminosas (fava/feijão)	65 790\$000 (14.3%)	105 976\$000 (16.7%)	122 636\$431 (22.0%)
Total	458 805\$000 (100)	635 158\$000 (100)	556 113\$776 (100)

Fonte: Elaborado a partir dados apresentados por Sacuntala de Miranda, *O ciclo da Laranja e os 'gentleman farmers'*, op. cit., pag. 49.

⁸⁰ Cf.: Arquivo Bensaúde, *Livros Mestre*, assinatura do *Penny Magazine*, por exemplo, e a inclusão de informações sobre a importação inglesa de laranja dos portos espanhóis e italianos mencionada nos diversos *Relatórios sobre o estado da administração pública nos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional.

A importância da laranja na economia micalense é um dado inquestionável para os contemporâneos e para os historiadores deste período. E isto porque se ficou a dever à economia da laranja uma série, de reacções positivas, em cadeia, das quais as que surtiram efeitos mais duradouros nem foram as mais notadas, no curto prazo.

Em termos conjunturais, a economia da laranja permitiu a construção da doca de Ponta Delgada, possibilitou trabalho a milhares de pessoas, incrementou a afirmação de uma economia monetarizada. Em termos estruturais, a economia da laranja motivou o aumento do consumo das famílias, contribuiu para a primeira tentativa de integração económica do arquipélago, despolotou a afirmação de uma elite burguesa micalense — elementos significativos e com importantes implicações, no longo prazo.

A importância dos investimentos na plantação e manutenção das quintas, a realização das mais-valias ligadas à comercialização da laranja e o afluxo de navios ao porto, propositadamente, para receber este fruto, convenceram os contemporâneos de que a prosperidade vivida não tinha paralelo na história insular, sobretudo pela importância da distribuição dos seus dividendos por largas camadas da população.

A título de exemplo, *O Cartista dos Açores*, periódico micalense, em 1850, publicava a seguinte notícia: «a principal cultura dá-lhe opulência. Que actividade não reina no tempo da exportação! O camponês no laranjal, o operário nas oficinas, os caminhos, as ruas e o próprio mar, que ainda parece uma prolongação do solo productivo, tudo é vida e trabalho»⁸¹.

Gabriel de Almeida escrevia, por seu turno, que do alastramento da cultura da laranjeira na ilha de S. Miguel havia resultado «um benefício à classe operaria, uma opulência à população e a iniciativa de um grande commercio. Levados pelo entusiasmo muitas famílias empregaram todos os seus meios pecuniários em tal cultura, divulgando-se assim os pomares»⁸². No mesmo sentido, Read Cabral

⁸¹ *O Cartista dos Açores*, n.º 199, 15 de Agosto de 1850.

⁸² Gabriel d'Almeida, *Diccionario Histórico-geographico dos Açores*, op. cit., p. 28: refere-se a uma representação datada de 8 de Janeiro de 1852, dirigida ao governo sobre os laranjais micalenses.

defendia que a laranja não fora apenas uma cultura dos ricos, «mas de todos sem excepção, desde o rico proprietario e abastado commerciante até ao mais pobre trabalhador; desde o rapazinho de 6 annos, mais apto por sua ligeireza e pouco pezo a trepar às laranjeiras, até ao ancião curvado pelos annos que se emprega em preparar a folha /para o seu encaixotamento; ao homem da terra e ao homem do mar, em summa na sua conducção, não fallando nos interesses indirectos d'esta cultura, como são o plantio de mattas em vasta escalla e d'immenso valor presente e futuro, e a nova industria a vapor já na serragem das madeiras, já no fabrico do prego para a caixaria; vida e movimento que esta ilha, pelo seu isolamento no meio dos mares, estava longe d'esperar antes da gigantesca empreza do seu porto artificial, permittindo-a a receber finalmente o reflexo da brilhante luz das modernas descobertas...»⁸³.

José do Canto, contudo, foi quem melhor traduziu, de forma quantitativa, o impacto da laranja na sociedade micalense: «sessenta e quatro contos de reis distribuidos pelos proprietarios das mattas — pelos serradores e carpinteiros, — por todas as creanças que excedem 4 annos d'idade — por todos os braços vigorosos disponiveis no Inverno, por todos os arreiros, — e por todos os homens do mar: dezasseis contos de reis conferidos a escripturários, agentes, inspectôres e mais assalariados indispensaveis em commercio de tanta labutação: duzentos contos de reis disseminados por centenaes de proprietários de Quintas : — as commissões (de 20%) sobre o primeiro custo e costeamto de todas as remessas encommendadas de Londres; os lucros que, ordinariamente revertem para os que, por seu risco, tractam este negócio: — o trabalho, que offerecem as immensas e continuadas plantações que por quasi toda a Ilha se fazem, os melhoramentos que o terreno recebe — e os capitaes que, por esta via, entrão no giro; — eis em resumo, o que devêmos ao Commercio da Laranja»⁸⁴.

Esta riqueza está também patente nos valores alcançados pela arrematação do dízimo sobre a laranja.

⁸³ *O Cultivador*, 2.º anno, n.º 16, 15 de Abril de 1874, pp. 441- 442.

⁸⁴ *O Agricultor Michaelense*, n.º 1, 1843, p. 8.

Quadro XIX
**Importância da arrematação do dízimo na ilha de S. Miguel,
 1810 a 1862**

Valor: réis insulanos

Anos	Arrematação	Anos	Arrematação
1810-11	47 854\$710	1841-43	73 320\$000
1812-14	78 504\$600	1844-46	73 320\$000
1815-17	67 323\$100	1847-49	66 379\$000
1818-20	81 804\$000	1850-52	69 044\$000
1821-23	48 000\$086	1853-55	73 330\$000
1824	66 000\$000	1856-58	85 150\$000
1838-39 (a)	52 111\$605	1859-61	96 200\$000
1839-41 (b)	66 111\$630	1862-63 (c)	96 200\$300

Fonte: Joaquim Cândido Abranches, *Album Michaelense, Ponta Delgada*, Typographia de Manuel Corrêa Botelho, 1869, pag. 127, Mapa n.º 20 «(a) — De 1838 a 1841 é por anno economico e os outros por anno civil (b) — N'este biennio se comprehende o dízimo da laranja na importancia de 14: 000: 025 por que foi arrematado em cada um dos dois annos; nos mais o imposto d'este genero foi recebido na alfandega de Ponta Delgada. (c) — Este anno foi o ultimo em que se cobrou este imposto, sendo substituído pelo de repartição directo».

A riqueza da «época da laranja» está, finalmente, patente, não só no conjunto de actividades complementares, a montante a a jusante, que vieram beneficiar com o rendível comércio deste fruto, como também nos novos comportamentos de alguns de quantos ligados aos rendimentos da laranja⁸⁵.

Plantaram-se matas⁸⁶, edificaram-se fábricas de pregos e de serração de madeiras⁸⁷, criaram-se novos empregos e constituíram-

⁸⁵ Cf: «(...) mas a sua grande riqueza é em grande parte devida ao seu muito comércio com a Inglaterra, d'onde tem importado o ânimo empreendedor e muitos hábitos da educação inglesa» in Francisco José da Silva Junior, *A emancipação dos Açores*, Lisboa, 1871, cit por Fernando Aires de Medeiros de Sousa, *José do Canto — subsídios para a história micaelense, (1820-1892, Ponta Delgada, 1982, p. 102.*

⁸⁶ Fernando Aires de Medeiros de Sousa, *José do Canto*, op. cit, p. 93 afirma que José do Canto, individualmente, foi responsável pela introdução de 3 000 espécies botânicas na ilha de S. Miguel.

⁸⁷ Joaquim Candido Abranches, *Album Micahelense*, Ponta Delgada, Typographia de Manuel Corrêa Botelho, 1869, pp. 38-39.

-se novas «profissões», entre as quais os «ranchos da fruta», os «cabeça da fruta» e até os «ratos da fruta», são exemplos elucidativos⁸⁸.

O concelho da Ribeira Grande, rico em matas e em cursos de água, torna-se o maior abastecedor de madeira preparada para caixaria⁸⁹. Também o concelho da Povoação passa a enviar para toda a ilha, mas sobretudo para Ponta Delgada, «grandíssima porção de madeira de construção de casas; de caixaria de laranja, dita vulgarmente *boanna*; paus de castanho (castanheiro); arcaria d'alamo, etc.»⁹⁰.

A «economia da laranja» tinha, desta forma, não só estimulado alguma especialização económica, como também incentivado as trocas entre os diversos concelhos micalenses.

Através de «comboios» de burros ou através de uma intensa navegação de cabotagem, as produções dos diversos concelhos começaram a afluir à cidade. Chegavam as madeiras para caixaria. Chegavam os cereais para consumo e para exportação. Chegavam os víveres para consumo da população urbana. Chegava a fruta para exportação.

Na cidade, por sua vez, a azáfama era grande. A afluência de maior número de barcos significava: mais fornecimentos aos navios, mais braços ligados à estiva, mais tripulantes em terra, mais dinheiro, mais consumo...

Os negócios encontravam-se em expansão e a prosperidade económica parecia alargar-se a todas as ilhas. Ora pelos lucros advindos da exportação micalense de laranja, ora pelas escalas periódicas dos vapores americanos no porto da Horta⁹¹, ora ainda pelos efeitos de demonstração dos «novos-ricos» chegados das terras de emigração, nomeadamente à ilha de S. Jorge⁹², o dinheiro circulava e o consumo de bens importados generalizava-se a todas as ilhas.

⁸⁸ Luis Bernardo Leite Ataíde, *Etnografia, arte e vida antiga dos Açores*, op. cit., vol. II, p. 216.

⁸⁹ Gabriel d'Almeida, *Diccionario Histórico-geographico*, op. cit., p. 27.

⁹⁰ José de Torres, *Ensaio*, op. cit., p. 13.

⁹¹ Cf. Carreiro da Costa, *Esboço histórico dos Açores*, Instituto Universitário dos Açores, 1978, p. 207, Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta*, Vila Nova de Famalicão, 1944 e Leone Levi, *The History of British Commerce and of the Economic Progress of British Nation, 1763-1878* (1872), Shannon Ireland, Irish University Press, 1971, p. 196.

⁹² Cf. J. Duarte de Sousa, *A ilha de S. Jorge. Apontamentos históricos e descrição topographica*, Angra do Heroísmo, Typographia Lithographia União, 1897, pp. 100-101.

O comentário de Mouzinho de Albuquerque, nos anos vinte, acerca do reduzido consumo de bens importados pela limitação dos recursos económicos das famílias micalenses deixara de ter significado⁹³. Grande parte dos habitantes das ilhas tinha adquirido novos hábitos de consumo através da sua integração na economia de mercado, quer pela prestação de trabalho remunerado, quer pela generalização da monetarização das trocas.

Falar-se da «economia da laranja» é falar-se, em suma, do comércio — desde o comércio urbano às trocas entre os diversos concelhos micalenses, desde as trocas entre as diversas ilhas do arquipélago ao grande comércio internacional.

A economia da laranja fizera difundir uma próspera classe mercantil. Daí, a generalização de uma mentalidade empresarial autóctone, confiante no desenvolvimento, se não do arquipélago, pelo menos da ilha de S. Miguel. Daí o esforço permanente, por parte dos empresários locais, em ultrapassar os sucessivos flagelos que iam atingindo os laranjais. É, por isso, que falar-se do século da laranja é falar-se, indiscutivelmente, do século da ascensão e afirmação da burguesia micalense.

Os hábitos de consumo desta burguesia, consciente do seu papel económico, estão patentes nas ricas mansões erguidas na cidade e seus arredores, na dispendiosa manutenção dos seus jardins com espécies vegetais raras, nas viagens frequentes e prolongadas à Europa, na generalização das artes de receber, conviver e festejar com os amigos, familiares e relações⁹⁴ e na procura consciente de oferecer uma educação cosmopolita aos filhos⁹⁵.

⁹³ Cf: Luis da Silva Mouzinho de Albuquerque, *Observações sobre a ilha de S. Miguel*, Lisboa, Imprensa Régia, 1826, p. 32.

⁹⁴ Cf: *Cartas particulares*, op. cit., Fernando Aires de Sousa, *José do Canto...*, op. cit., Morgado José Caetano, *Diário de Viagem*, Ponta Delgada, 1978 e Bulhão Pato, *Dos Açores: Cartas*, Ponta Delgada, Typographia Voz da Liberdade, 1869, p. 31-32, 38, etc. Sobre alguns indicadores indirectos de riqueza, consulte-se a imprensa, nomeadamente, *O Açoreano Oriental*, n.º 29, 7 de Novembro de 1835: precisa de criada para cozer e engomar, etc; n.º 52, 16 de Abril de 1836: criada de cor parda oferece seus préstimos para cozinhar para grande número de convidados; n.º 79, 22 de Outubro de 1836: aulas de piano; n.º 139, 16 de Dezembro de 1837: vende-se um colar de diamantes

O hábito de veranejar nas quintas dos arredores da cidade e de tomar banhos termais generalizou-se, abrindo-se a primeira hospedaria turística no vale das Furnas ⁹⁶.

A afirmação económica da burguesia está ainda patente na vontade de ascensão social dos principais comerciantes da laranja de então: Joaquim Fernandes Gil torna-se visconde do Porto Formoso ⁹⁷, Manuel Inácio da Silveira é nobilitado com título de barão de Nossa Senhora da Oliveira ⁹⁸ e Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira ascende a primeiro Barão da Fonte Bella ⁹⁹.

O crescimento económico, contudo, não atingiu de igual modo todos os habitantes das ilhas e, por isso, paralelamente aos exemplos de opulência e de prosperidade de alguns, muitos continuavam a encontrar-se na necessidade de embarcar, para o Brasil ¹⁰⁰.

rosa; n.º 351, 8 de Janeiro de 1842: venda de um bilhar; n.º 370, 21 de Maio de 1842: Catarina Meston, mestra de meninas ensina língua inglesa, ler, escrever e contar; n.º 402, 31 de Dezembro de 1842: Mrs Jones, modista inglesa (...), etc.

⁹⁵ J. B. M. Manta, *Um açoriano Michaelense. Explicação interessante do folheto intitulado fundamentos do Projecto de decreto para a abolição dos vínculos na ilha de S. Miguel e mais dos Açores*, Lisboa, 1822, p. 10: « (...) se acaso não houvessem grandes proprietários nestas Ilhas, como poderião uns mandar educar seus filhos em Londres, outros nos Colegios de Lisboa, outros na Universidade de Coimbra, como todos os dias estão practicando á custa de despezas immensas».

⁹⁶ Cf: *O Correio Michaelense*, n.º 447, 21 de Abril de 1855: editorial sobre a necessidade de se construir banhos decentes no vale das Furnas para os que «concorrem todos os verões...».

⁹⁷ Por Mercê de 12 de Agosto de 1870.

⁹⁸ Por Decreto de 12 de Março de 1836.

⁹⁹ *Almanack para o arquipélago dos Açores para 1865*, Ponta Delgada, Typographia da Persuasão, 1864, p. 85.

¹⁰⁰ Cf: Desde 17/11/1835, o *Açoreano Oriental*, noticia a saída de barcos com emigrantes para o Brasil. Cf: *Anuário Estatístico de Portugal*, 1884, 1886, 1892, Lisboa, Imprensa Nacional e *Consulta da Junta Geral de Ponta Delgada*, publicada no *Açoreano Oriental*, n.º 467, 30 de Março de 1844 onde se enumeram as razões da emigração açoriana.

IV. Sintomas e aceleração da decadência da «economia da laranja»

Como ficou dito, a partir da década de vinte, assistiu-se, por toda a ilha, ao incremento de plantações de quinta. Os proprietários aumentaram a produção de citrinos — diminuíram o espaço conservado entre os pés plantados de laranjeira, ergueram muros altos e plantaram incensos para tapumes, passaram a estrumar e a cavar os terrenos de quinta e começaram a cultivar uma série de novidades agrícolas para consumo doméstico entre os pés das árvores...¹⁰¹.

Assistiu-se, porém, desde então, a uma diminuição crescente das qualidades que haviam caracterizado e destacado a laranja micaelense no mercado inglês, prejudicando, quantos viviam dessa actividade económica¹⁰².

A Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, através de André do Canto, chegara a propor «Uma Memória sobre as laranjeiras», (...) «não só para ver se remedêa, d'alguma maneira, os males causados pelas molestias, a que, ha annos a esta parte, estão sujeitas, mas tambem para que estabeleça principios certos sobre o plantio,

¹⁰¹ Guilherme Read Cabral, numa série de artigos publicados no *O Cultivador*, durante os anos setenta, recordando a época áurea da laranja, apontava, então, as principais causas do declínio desta produção : «Mas nesse tempo não se estrumava as quintas, não se cultivava por entre as laranjeiras, fava, milho, feijão, e horta: os abrigos eram de faia atravez da qual coava o vento, permittindo uma circulação franca d'ar, e entrada de luz e sol que robustecia as arvores e concorria para o aperfeiçoamento do fructo. A faia succedeu o incenso que as entaipa por todos os lados em circunscriptos quartes, aonde o ar necessário à sua sua vida é partilhado e absorvido em grande parte pela densa folhagem do abrigo, fazendo-lhe uma sombra nociva e prejudicando-lhe as condições de que ella carece: n'aquelle tempo não estrumava nem se cavava a terra, era campinada apenas superficialmente, de modo que a raiz, respeitada pela enchada, não se reproduzia em inumeras *spongioles* ou bocas d'alimentação, superiores às suas necessidade (...) Veio porém a doença da faia e a sua substituição pelo incenso — o abrigo natural pelo abrigo artificial — e ou fosse pelo abafado demasiado e falta d'esses elementos de saude, luz, calor e ar, ou fosse por importação, veio o coccus hysperidum que ameaçou de ruina a Ilha como foi ruina de muitas familias...».

¹⁰² *O Cultivador*, 2.º ano, n.º 16, 15 de Novembro de 1874, pp. 441-ss.

mergulhia, sementeira, abrigos, epocha de plantação etc, etc»¹⁰³, sugerindo, para o efeito, vinte e nove perguntas sobre as quais os sócios deveriam pronunciar-se¹⁰⁴.

Estas perguntas tanto diziam respeito à qualidade dos terrenos e abrigos a utilizar, como aos métodos de propagação e tratamento a empregar e às maneiras de colher, guardar e empacotar os frutos destinados ao embarque. As respostas, se alguma vez chegaram, não foram tomadas em conta...

Assim, ao longo do século, foram-se acentuando os sintomas de decadência da produção de laranja micalense.

O *Coccus hesperidum*, primeiro flagelo, começou por atingir os laranjais da ilha do Faial por volta do ano de 1838. Menos de cinco anos volvidos, esta praga também já se alastrava pelas ilhas Terceira e S. Miguel. A partir de então, a «lágrima» (observada em 1834 e tomando proporções epidémicas)¹⁰⁵ e o designado «devorista das laranjeiras» passariam a devastar os laranjais, um pouco por toda a ilha.

Os artigos de imprensa acerca dessas pragas multiplicam-se a partir do ano de 1843¹⁰⁶. Exige-se das autoridades competentes medidas no sentido de debelar a epidemia. Divulgam-se métodos e mezinhas para aplicar nas laranjeiras molestadas.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada publica, por sua vez, legislação contra o nocivo insecto, a 6 de Abril de 1844, e atribui uma verba para o combate do «bicho», a 26 de Fevereiro de 1845. Uma comissão, presidida pelo Barão das Laranjeiras, é nomeada para gerir a dita verba. Esta comissão desempenharia funções pelo menos até 1852¹⁰⁷, apresentando com alguma frequência relatórios, contas e comunicados na imprensa local¹⁰⁸.

¹⁰³ *O Agricultor Michaelense*, n.º 20, Novembro de 1843, p. 22.

¹⁰⁴ André do Canto «laranja» in *Ibidem*, 1843, pp. 30-33.

¹⁰⁵ *O Cultivador*, 2.º ano, n.º 16, 15 de Novembro de 1875, p. 442.

¹⁰⁶ *O Açoreano Oriental*, n.º 425, 10 de Junho de 1843, e *O Agricultor Michaelense*, n.º 26, 1843, p. 18.

¹⁰⁷ Gabriel d'Almeida, *Diccionario Histórico-geographico dos Açores*, op. cit., pp. 24-25.

¹⁰⁸ *O Açoreano Oriental*, n.º 466, 23 de Março de 1844, n.º 474, 18 de Maio de 1844; n.º 274, 27 de Dezembro de 1851.

Ao mesmo tempo, alguns métodos começavam a ser postos em prática para debelar a epidemia. Criticavam-se os já conhecidos e anunciavam-se alguns mais recentes, considerados mais eficazes. Mas o descrédito era generalizado, em relação a esses «remédios», «soluções» e «mezinhas»¹⁰⁹.

Os abusos e negligências deveriam ser frequentes por parte dos «funcionários» a soldo da comissão encarregada da extinção do referido insecto destruidor das laranjeiras. A este propósito, a comissão, em comunicado datado de 1 de Novembro de 1851, solicitava aos proprietários que verificassem os trabalhos efectuados sob responsabilidade da Junta Geral e que apresentassem queixa, caso não tivessem sido convenientemente executados¹¹⁰.

Em 1852, sete anos após o início das funções da comissão da Junta Geral para extinção da praga da laranjeira, a referida comissão divulgava, mais uma vez, a informação de que todos os trabalhos seriam a suas expensas: «os proprietarios de quintas n'esta ilha, (...) que quando queirão que as mesmas quintas sejam tratadas pelo methodo, que se acha posto em pratica pela commissão devem ir inscrever seus nomes na administração do concelho d'esta cidade, com declaração da localidade das ditas quintas, na intelligencia de que ficão exclusivamente a cargo da Commissão todas as despesas, tanto de jornaes como de materiaes para o tratamento d'ellas»¹¹¹.

A Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada viria a pronunciar-se pela extinção da referida comissão¹¹². Declarava, então, que «tem decorrido os annos, tem-se dispendido grande cabedal, e o resultado das applicações feitas não correspondeu aos sacrificios: em taes circumstancias pareceu a esta Junta como melhor alvitre fazer cessar todo o imposto até que o tempo e a experiencia hajam demonstrado o melhor systema a seguir em tão dedicado assumpto»¹¹³.

¹⁰⁹ Idem, n.º 459, 3 de Fevereiro de 1844: «Unguento de forsyth»; *O Agricultor Michaelense*, n.º 34, Outubro de 1850: «Remédio do Sr Torres», «Remédio do Sr. Dr Choque».

¹¹⁰ *O Correio Michaelense*, n.º 244, 31 de Maio de 1851.

¹¹¹ Idem, n.º 296, 29 de Maio de 1852.

¹¹² *Consulta da Junta Geral do districto de Ponta Delgada, anno de 1851*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, p. 2.

¹¹³ *Ibidem*.

A Junta Geral viria a destinar a verba do referido imposto a determinadas obras do distrito com a justificação de que «sendo ineficazes as applicações até hoje feitas às laranjeiras para extinguir o «Coccus hesperidum» que as destruía, por isso esta Junta, tendo em consideração as obras mais necessárias a continuarem-se e a fazerem-se n'este Districto, pelas mesmas distribuiu 3: 020\$417 rs, producto ainda em cofre da contribuição creada para a extinção do referido «Coccus hesperidum», observando assim o preceituado na lei de 11 de Junho de 1849»¹¹⁴.

O Governador Civil do distrito, no relatório elaborado no ano de 1859, oferecia, já, uma visão diferente acerca da evolução das pragas da laranjeira. Afirmava que «ainda apparece o perseguidor dos nossos laranjaes coccus hesperidum, mas não com aquelle exterminador caracter que por tantos annos os desvastou»¹¹⁵.

Três anos mais tarde, o *Relatório e Consulta...* do governador civil de Ponta Delgada, relativo ao período de 1860-1861, revelava o mesmo optimismo, comprovado, agora, nos seguintes indicadores económicos: o rendimento da alfândega ascendera a 151 471\$702; exportara-se 15 250 moios de cereais e legumes no valor de 342 700\$090 rs; exportara-se 209 263 caixas grandes de laranja no valor de 567 222\$191 rs»¹¹⁶.

O mesmo relatório especificava que a laranja micaelense ainda ocupava uma situação de primazia no mercado inglês, embora pesassem os sintomas internos de decadência, patentes, nomeadamente, no comportamento dos especuladores «que foram precipitados e pouco cautelosos nas primeiras compras que fizeram, offerecendo preços extraordinários sem haver razão alguma que tal pudesse justificar»¹¹⁷.

Assim, até meados da década de sessenta, embora se agravassem os sintomas internos de decadência da produção de laranja, a sua exportação continuava a pesar, de forma favoravel, no conjunto das

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 1.

¹¹⁵ *Relatório do Governo Civil do districto Administrativo de Ponta Delgada para o anno de 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 12.

¹¹⁶ *Ibidem*, para o ano de 1862, p. 9.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 10.

receitas alfandegárias do distrito de Ponta Delgada, originando, por isso, grande optimismo por parte dos representantes oficiais locais.

Este optimismo, porém, não tinha fundamento, porque a tendência seria para o agravamento da situação da produção e comercialização da laranja micalense e, por arrastamento, para a generalização da crise económica nos sectores a montante e a jusante deste fruto.

Diz-nos Gabriel d'Almeida que «com a falta de exportação da laranja, ressentiram-se as mattas cuja madeira era utilizada em grande parte na caixaria que conduzia o fructo ao mercado inglez»¹¹⁸. Ainda segundo este autor, entre 1820 e 1830, as plantações de árvores tinham crescido substancialmente na ilha de S. Miguel, mas, face à drástica queda das exportações de laranja no último quartel do século passado as matas «perderam grande valor, especialmente as da villa da Ribeira Grande, que por muitos annos quasi que tiveram o exclusivo do fornecimento de madeira para caixaria»¹¹⁹.

Compreende-se o desalento de Albuquerque de Bettencourt, quando se referia à situação catastrófica em que se encontravam os proprietários das matas micalenses após a decadência da laranja: «as mattas de pinheiros de extensão bastante avultada, destinadas especialmente ao fabrico das caixas de laranja, avaliadas em mais de reis 96 000\$000 (76 800\$000 réis fortes) por anno encontrando-se sem futuro cedem o campo à cultura da vinha e pastagens naturaes»¹²⁰. E ainda, «com effeito os laranjaes são arrancados de dia para dia e poucos existiriam já, se todos os proprietários possuissem o capital indispensavel para o fazer»¹²¹.

A exportação de laranja que atingia um valor de 500 a 600 contos de reis insulanos, ainda no início da década de setenta, diminuiu tão drasticamente, que, em 1909, não ia além de 697\$000!¹²².

¹¹⁸ Gabriel d'Almeida, *Diccionario Histórico-geographico dos Açores*, op. cit, p. 27.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 27.

¹²⁰ António de Andrade Albuquerque de Bettencourt, *Indústria pecuária na ilha de S. Miguel*, 1887, pp. 15-16.

¹²¹ *Ibidem*, p. 34.

¹²² Anibal Gomes Ferreira Cabido, «A indústria do Chá nos Açores» in *Boletim do trabalho industrial*, n.º 88, 1913, p. 6.

Para Sacuntala de Miranda, desde « finais da década de 80, após uma aguda crise de reajustamento, a economia da ilha de S. Miguel encontra[va-se] totalmente reconvertida e (...) a época da laranja está[va] definitivamente encerrada»¹²³.

Concordamos com a afirmação de que a época da laranja estava irreversivelmente acabada, mas não partilhamos a opinião de que a economia nos finais dos anos oitenta se encontrava reconvertida. Recorde-se que nos inícios dos anos oitenta, a crise era profunda no tecido sócio económico micaelense : « o districto de Ponta Delgada e em geral os districtos açorianos lutam há muito com uma grave e complicada crise económica e agrícola. Diferentes flagelos vieram sucessivamente assaltar a cultura da vinha, das batatas, da laranja de muitas arvores, e de várias espécies vegetais, originando assim prejuizos de maior monta. Ao mesmo tempo o progresso da civilização e estabelecimento das vias férreas e a facil comunicação marítima por meio de vapores, transformou quasi repentinamente e por tal modo o comércio geral do mundo, que os nossos cereais, a nossa laranja, encontraram nos mercados, que antes lhe eram patentes, inseperados competidores que os depreciaram. Para cúmulo da desgraça veio enfim um período de verdadeira perturbação atmosférica que diminuiu notavelmente as nossas produções agrícolas, e n'alguns dos últimos anos foram tão grandes as inclemências do tempo, que nos forçaram a recorrer à importação de cereais. Tamanhos e tão constantes males eram suficientes para abalar a mais sólida prosperidade, nem está na mão do homem conjurá-los»¹²⁴. Por isso, consideramos que uma década não oferecia tempo suficiente para se reconverter um tecido sócio-económico alicerçado na « economia da laranja» há mais de cento e cinquenta anos.

A crise deflagrara nos laranjais, mas, fruto das intempéries sucessivas, propagara-se ao sector agrícola insular — suporte, por excelência, da economia e sociedade açorianas. Havia a consciência de que o capitalismo financeiro e o domínio das comunicações marítimas

¹²³ Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja*, op. cit., p. 78.

¹²⁴ Representação da Junta Geral do Districto de Ponta Delgada ao Parlamento em 1880 ou 1881 cit por Anibal Gomes Ferreira Cabido, «A indústria do chá nos Açores», op. cit., p. 10.

a nível mundial tinham contribuído para o advento de novos produtos e de novas competições para as quais a ilha de S. Miguel, em particular e o arquipélago, em geral, não tinham, nem preparação, nem dimensão. Bulhão Pato, de visita à ilha de S. Miguel, havia expressado um optimismo extraordinário pela prosperidade e paz social na ilha devidas à laranja. No entanto, as notícias divulgadas na imprensa, durante os anos quarenta-cinquenta, relatam crimes hediondos na cidade e seus arredores, registam múltiplos assaltos a estabelecimentos comerciais e descrevem várias tentativas de arrombamento e de fogo posto a casas particulares e comerciais¹²⁵. As penas de prisão e de degredo são descritas ao pormenor. Multiplicam-se os artigos de opinião sobre a falta de policiamento nocturno na cidade. Denuncia-se a emigração clandestina e legalizada para o Brasil¹²⁶.

A título de exemplo, registavam-se no Tribunal de Relação dos Açores em Ponta Delgada, no ano de 1860, 699 causas, 471 das quais constituíam causas pendentes¹²⁷.

Os exemplos citados são elucidativos de como grande parte da população da ilha se encontrava numa situação económica precária. As quintas apenas permitiam uma ocupação sazonal e, por isso, parte da população activa rural era obrigada, durante o resto do ano, a procurar na cidade a sua sobrevivência. Daí, o constante clima de insegurança e de temor que se denunciava na imprensa micaelense.

¹²⁵ Bulhão Pato, *Cartas dos Açores*, 1868, p. 61: O autor, de visita à ilha de S. Miguel no ano de 1868, atribuíra à laranja a prosperidade cosmopolita que se vivia na ilha de S. Miguel, escrevendo que «há dezasseis anos que não se faz nesta ilha um roubo notável. Na estrada não há memória de ser ninguém atacado. Um assassinato é coisa raríssima. A emigração diminuiu a ponto de se tornar quase nula (...) A obra monumental da doca emprega os braços que aparecem sem trabalho».

¹²⁶ Cf: entre numerosos outros exemplos de assaltos a estabelecimentos comerciais: *O Açoriano Oriental*, n.º 360, 12 de Março de 1842, n.º 367, 30 de Abril de 1842 e n.º 378, 16 de Julho de 1842; sobre um crime hediondo, Cf: *Idem*, n.º 425, 10 de Junho de 1843, sobre a falta de policiamento, Cf: *Idem*, n.º 360, 12 de Março de 1842.

¹²⁷ José da Cunha Navarro de Paiva, *Relatório dirigido ao Conselheiro Procurador geral da Coroa e Parecer sobre um novo Regulamento do Ministério Público*, Ponta Delgada, Typographia de M. C. Botelho, 1866, p. 7 cit por Carlos Cordeiro, *Insularidade e continentalidade. Os Açores e as contradições da Regeneração, 1851-1870*, Coimbra, Minerva Histórica, 1992, p. 54.

V. Conclusão

A produção e comercialização de laranja foram responsáveis por um período de grande prosperidade económica no arquipélago, como procurámos demonstrar neste artigo. Os investimentos a montante e a jusante da exportação de laranja foram tão importantes no tecido sócio-económico insular que se tornou comum designar o período que vai sensivelmente de 1750 a 1870, como o «período da laranja» ou «ciclo da laranja».

Para nós, no entanto, a importância da «economia da laranja», mais do que patente nas realizações materiais, reside na responsabilidade pelo surto de uma mentalidade empresarial e pela formação de uma elite económica autóctone — aspectos de alcance mais eficaz e duradouro do que os dividendos económicos distribuídos por quantos ligados à laranja.